



Relatório de Assessoria de Imprensa
Período: 02/03/2021 a 03/03/2021



Índice**e-Turismo | RN**

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / MARCELO QUEIROZ

Fecomércio-RN, Sebrae e entidades fazem lista de pedidos: SOS Turismo!

Notícias – 02/03/2021

6

NoMinuto | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / MARCELO QUEIROZ

Entidades do comércio pedem medidas para minimizar impactos da pandemia no turismo

Notícias – 02/03/2021

8

Senadinho Macaíba | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / MARCELO QUEIROZ

Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

Notícias – 02/03/2021

9

Portal Acontece | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / MARCELO QUEIROZ

Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

Notícias – 02/03/2021

10

Turismo Por Cristina Lira | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / MARCELO QUEIROZ

Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

Notícias – 02/03/2021

13

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / MARCELO QUEIROZ

Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

Notícias - 02/03/2021

16

Blog da Juliska | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / MARCELO QUEIROZ

Senac RN abre cursos gratuitos focados nos protocolos sanitários para a área do Turismo

Notícias - 02/03/2021

19

Ponto de Vista Online | RN

FECOMÉRCIO RN

Setor produtivo do Estado se une novamente no enfrentamento à Covid-19

Notícias - 02/03/2021

20

Versátil News | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Fecomércio: Comércio do Alecrim volta a receber visitas do programa "SOS Protocolos", da Fecomércio RN, CDL Natal e Sebrae

Notícias - 02/03/2021

21

Tribuna do Norte RN FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ STTU abrirá licitação para estacionamentos Notícias - 02/03/2021	22
Tribuna do Norte RN Órgãos ministeriais no Rio Grande do Norte assinam recomendação Notícias - 02/03/2021	23
Tribuna do Norte RN Altas da gasolina e do GLP consomem 30% do mínimo Notícias - 03/03/2021	25
Estadão DF Efeito Bolsonaro nos mercados faz risco país disparar e pressiona dólar Notícias - 03/03/2021	27
Estadão DF Telefônica fecha parceria para montar rede de fibra Notícias - 03/03/2021	28
Estadão DF 'Alta de taxa é por 6 meses, disse Guedes' Notícias - 03/03/2021	29
Estadão DF Bolsonaro repete Dilma na economia Notícias - 03/03/2021	30
Estadão DF Se PEC for aprovada, 14 Estados já podem congelar salários de servidor Notícias - 03/03/2021	31
Estadão DF 'Futuro do mercado financeiro é a jornada digital' Notícias - 03/03/2021	32
Estadão DF Profissional jovem valoriza atuação social de empresas Notícias - 03/03/2021	33
Estadão SP Conteúdo digital avança na pandemia Notícias - 03/03/2021	34
Folha de São Paulo DF Brasil pode virar uma Venezuela com erros na economia, afirma Guedes Notícias - 03/03/2021	35
Folha de São Paulo DF Apoio de Bolsonaro a caminhoneiros deve ser pago por cliente de banco Notícias - 03/03/2021	36

Folha de São Paulo | DF

Indústria química prevê até 80 mil demissões a partir de julho com fim de regime especial

Notícias - 03/03/2021

37

Folha de São Paulo | DF

Intervenção na Petrobras não significa guinada na pauta liberal de Bolsonaro

Notícias - 03/03/2021

38

Folha de São Paulo | DF

Relator enxuga PEC, mas mantém gatilho fiscal

Notícias - 03/03/2021

39

Folha de São Paulo | DF

Redução de jornada e salário deve valer por quatro meses

Notícias - 03/03/2021

40

Folha de São Paulo | SP

Contrabando de cigarro tira 173 mil empregos do país, diz estudo

Notícias - 03/03/2021

41

Folha de São Paulo | SP

Plataformas ajudam a popularizar investimentos de pessoa física em startup

Notícias - 03/03/2021

42

Folha de São Paulo | DF

Pandemia turbinou valorização da tecnologia na bolsa brasileira

Notícias - 03/03/2021

43

O Globo | DF

Bolsa Família pode sair do teto de gastos

Notícias - 03/03/2021

44

O Globo | DF

CVM investigará operações suspeitas com ações da Petrobras

Notícias - 03/03/2021

45

RELATÓRIO

O Primeiro destaque do clipping de hoje vai para matéria do jornal Tribuna do Norte que trata sobre a previsão da implementação de sistema de estacionamento rotativo nos principais bairros comerciais da capital potiguar. A Prefeitura do Natal, através da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, lançou chamamento da licitação que ficará aberta até o dia 5 de abril. Segundo a STTU, o projeto vem para atender pedidos constantes feitos ao longo dos anos por representantes do comércio, que apontam a dificuldade de encontrar estacionamento em bairros como a Cidade Alta e o Alecrim. O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, aponta que a iniciativa irá estimular a ida dos consumidores ao comércio de rua, mas faz ressalvas quanto à necessidade de bastante planejamento para sua implementação. Confira detalhes na página 22 do clipping.

A Tribuna do Norte revela que as altas da gasolina e do GLP já consomem 30% do salário mínimo. Esse é o resultado do cálculo feito pelo professor de Ciências Contábeis da Universidade Estácio, Agamenon Segundo, que levou em conta o abastecimento de um carro (com tanque de 40 litros) uma vez por mês e, no mesmo período, a troca de um botijão de gás GLP. O valor comprometido com essas demandas, segundo o professor, já ultrapassa em 5% o reajuste do salário mínimo em 2021. Saiba mais na página 25 do clipping.

O jornal Folha de São Paulo destaca, na página 39 do clipping, que uma versão mais enxuta da PEC Emergencial, que viabiliza uma nova rodada do auxílio, foi apresentada nesta terça-feira. Sem os pontos mais polêmicos, como a ideia de acabar com o gasto mínimo para saúde e educação e a tentativa de cortar repasses ao BNDES, a PEC ainda prevê medidas de controle de despesas públicas, defendidas pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

O jornal Estadão destaca o risco da influência do governo do presidente Bolsonaro no financeiro. Analistas ouvidos pelo Estadão ainda tentam mensurar os efeitos das intervenções recentes do presidente, e estudam até que ponto o “efeito Bolsonaro” pesará no mercado. Nos dias que antecederam a canetada do presidente no comando da Petrobrás, a Bolsa brasileira estava acima dos 119 mil pontos. Apesar de uma alta de 1,09% ontem, o Ibovespa, principal índice da Bolsa, lutou para se manter no patamar atual de 111 mil pontos. Outra preocupação são os impactos sobre o valor do dólar que, antes da intervenção, estava em R\$ 5,44 e ontem a moeda fechou a R\$ 5,67. Saiba mais na página 27 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Blogs e-TURISMO - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** RN - **Imagem:** 1/2
Título: Fecomércio-RN, Sebrae e entidades fazem lista de pedidos: SOS Turismo! **Impacto:** Positivo
Link: <http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/93101>

Fecomércio-RN, Sebrae e entidades fazem lista de pedidos: SOS Turismo!

2 de março de 2021 por antonioberibe

Comentários Recomendar Tweet

A **Fecomércio**, o Sebrae RN e as entidades que compõem a Câmara Empresarial do Turismo (CET), órgão consultivo da Federação, protocolaram, nesta terça-feira, 2, junto ao Governo do Estado e às Prefeituras da Grande Natal, de Mossoró e dos principais municípios turísticos potiguares, um documento contendo uma série de pedidos para que possam ser minimizados os impactos negativos do endurecimento das medidas de prevenção à Covid-19 no setor de bares e restaurantes e no acesso às praias. No caso específico da Prefeitura de Natal, o presidente da **Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**, e o coordenador da CET, George Costa, também entregaram o documento diretamente ao prefeito Álvaro Dias, aproveitando uma reunião ocorrida no final da manhã com representantes do comércio da capital.



O prefeito Álvaro Dias recebeu nesta manhã o empresariado do Turismo

"Nós entendemos que o foco de todo o RN neste momento é preservar a vida dos potiguares. E o setor produtivo não poderia destoar disso. É claro que há prejuízos, sobretudo ao nosso turismo, que é pilar econômico do estado e vive um momento bastante delicado, com praticamente 40% das empresas quebradas e um cenário bastante nebuloso pela frente. O que estamos pretendendo com estes pleitos é amenizar o sufoco e permitir que estas empresas e os empregos que elas geram possam sobreviver", afirma o presidente da **Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**.

Ele comenta ainda: "Também iremos buscar, junto a nossa bancada federal, uma ação para que a União possa retomar, com urgência, medidas como a MP da preservação dos empregos, linhas de crédito como o Pronampe e uma linha com foco específico neste setor. Vamos pedir até mesmo a retomada do pagamento do auxílio emergencial, que tende a irrigar o setor produtivo com recursos e reduzir a crise. O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos juntos", afirma o presidente da **Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**.

Além dos pleitos, o documento enumera ações imediatas que o setor produtivo está pondo em prática, como a realização de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores e empreendedores dos segmentos envolvidos; oferecimento de cursos por meio do Sebrae RN e **Senac RN** e a estruturação de uma ação denominada "Lazer com Responsabilidade", composta de equipes que circularão nos principais polos de bares, restaurantes, casas de recepção e buffets das maiores cidades do estado, orientando e conscientizando empreendedores, colaboradores e clientes quanto ao cumprimento dos protocolos de biossegurança e do distanciamento social.

O pacote de sugestões foi elaborado pelas equipes técnicas da **Fecomércio**, do Sebrae RN e das entidades empresariais que compõem a CET e é uma tentativa de evitar um prejuízo maior ainda às empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo, segmento que responde por cerca de 30% do PIB potiguar, e que gera em torno de 110 mil empregos diretos e formais.

Veículo: Blogs e-TURISMO - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** RN - **Imagem:** 2/2
Título: Fecomércio-RN, Sebrae e entidades fazem lista de pedidos: SOS Turismo!
Link: <http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/93101>

Assinam o documento

Marcelo Queiroz

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN)

George Costa

Coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio RN (CET Fecomércio)

Habib Chailta

Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN (SHRBS RN), membro da CET Fecomércio

Paolo Passarielo

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), membro da CET Fecomércio

José Ferreira de Melo Neto

Superintendente do Sebrae RN

Abdon Gosson

Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN (ABIH RN), membro da CET Fecomércio RN

George Gosson

Presidente do Natal Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Rútilo Coelho

Presidente do Mossoró Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Francisco Câmara Júnior

Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do RN (Sindetur), membro da CET Fecomércio

Michele Pereira

Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem do RN (Abav RN), membro da CET Fecomércio

José Maria Pinheiro

Vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do RN (Abrajet), membro da CET Fecomércio

Wanderson Borges

Presidente da Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (Ashtep)

Adriane Cantelli

Presidente da Abrasel Pipa

Veículo: NoMinuto.com - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Entidades do comércio pedem medidas para minimizar impactos da pandemia no turismo **Impacto:** Positivo

Link: <https://nominuto.com/noticias/economia/entidades-do-comercio-pedem-medidas-para-minimizar-impactos-da-pandemia-no-turismo/213925>

Entidades do comércio pedem medidas para minimizar impactos da pandemia no turismo

Documento preparado pela Fecomércio, Sebrae e entidades foi protocolado junto ao Governo e às prefeituras da Grande Natal, de Mossoró e dos principais municípios turísticos.

Da redação, 2 de março de 2021

Compartilhar

Twitter

Reprodução/Instagram



Marcelo Quiroz, presidente da Fecomércio, entregou o documento preparado pelas entidades diretamente ao prefeito Álvaro Dias.

A Fecomércio, o Sebrae e as entidades que compõem a Câmara Empresarial do Turismo (CET) da Fecomércio, protocolaram hoje (2), junto ao Governo do Estado e às prefeituras da Grande Natal, de Mossoró e dos principais municípios turísticos potiguares, um documento contendo uma série de pedidos para que possam ser minimizados os impactos negativos do endurecimento das medidas de prevenção à Covid-19 no setor de bares e restaurantes e no acesso às praias.

No caso específico da Prefeitura de Natal, Marcelo Quiroz, presidente da Fecomércio, entregou o documento diretamente ao prefeito Álvaro Dias, aproveitando uma reunião ocorrida na manhã desta terça-feira com representantes do comércio da capital.

"Entendemos que o foco de todo o RN neste momento é preservar a vida dos potiguares. E o setor produtivo não poderia destoar disso. É claro que há prejuízos, sobretudo ao nosso turismo, que é pilar econômico do estado e vive um momento bastante delicado, com praticamente 40% das empresas quebradas e um cenário bastante nebuloso pela frente. O que estamos pretendendo com estes pleitos é amenizar o sufoco e permitir que estas empresas e os empregos que elas geram possam sobreviver", declarou Quiroz em mensagem nas redes sociais.

O presidente da Fecomércio disse que o grupo buscará, junto à bancada federal, uma ação para que a União possa retomar, com urgência, medidas como a MP da preservação dos empregos, linhas de crédito como o Pronampe e uma com foco específico neste setor e, até mesmo, a retomada do pagamento do auxílio emergencial, que tende a irrigar o setor produtivo com recursos e reduzir a crise.

"O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos ele juntos", comentou.

Além dos pleitos, o documento enumera ações imediatas que o setor produtivo está pondo em prática, como a realização de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores e empreendedores dos segmentos envolvidos; oferecimento de cursos por meio do Sebrae RN e Senac RN; e a estruturação de uma ação denominada "Lazer com Responsabilidade", composta de equipes que circularão nos principais polos de bares, restaurantes, casas de recepção e buffets das maiores cidades do estado, orientando e conscientizando as pessoas.

Veículo: Senadinho Macaíba - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise **Impacto:** Positivo

Link: <https://senadinhomacaiba.com.br/fecomercio-rn-sebrae-e-entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-de-cidades-turisticas-para-tentar-amenizar-crise>

Rio Grande do Norte

Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

📅 02/03/2021 👤 Administrador 💬 0 comentários 🏷️ amenizar, cidades, crise, entidades, entregam, fecomércio, governo, grande, lista, norte, para, pedidos, prefeituras, rio, RN, sebrae, tentar, turismo, turísticas



A Fecomércio, o Sebrae RN e as entidades que compõem a Câmara Empresarial do Turismo (CET), órgão consultivo da Federação, protocolaram, nesta terça-feira, 2, junto ao Governo do Estado e às Prefeituras da Grande Natal, de Mossorô e dos principais municípios turísticos potiguares, um documento contendo uma série de pedidos para que possam ser minimizados os impactos negativos do endurecimento das medidas de prevenção à Covid-19 no setor de bares e restaurantes e no acesso às praias. No caso específico da Prefeitura de Natal, o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, e o coordenador da CET, George Costa, também entregaram o documento diretamente ao prefeito Álvaro Dias, aproveitando uma reunião ocorrida no final da manhã com representantes do comércio da capital (ver retranca abaixo).

“Nós entendemos que o foco de todo o RN neste momento é preservar a vida dos potiguares. E o setor produtivo não poderia destoar disso. É claro que há prejuízos, sobretudo ao nosso turismo, que é pilar econômico do estado e vive um momento bastante delicado, com praticamente 40% das empresas quebradas e um cenário bastante nebuloso pela frente. O que estamos pretendendo com estes pleitos é amenizar o sufoco e permitir que estas empresas e os empregos que elas geram possam sobreviver. Também iremos buscar, junto à nossa bancada federal, uma ação para que a União possa retomar, com urgência, medidas como a MP da preservação dos empregos, linhas de crédito como o Pronampe e uma com foco específico neste setor e, até mesmo, a retomada do pagamento do auxílio emergencial, que tende a irrigar o setor produtivo com recursos e reduzir a crise. O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos ele juntos”, afirma o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Além dos pleitos, o documento enumera ações imediatas que o setor produtivo está pondo em prática, como a realização de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores e empreendedores dos segmentos envolvidos; oferecimento de cursos por meio do Sebrae RN e Senac RN; e a estruturação de uma ação denominada “Lazer com Responsabilidade”, composta de equipes que circularão nos principais polos de bares, restaurantes, casas de recepção e buffets das maiores cidades do estado, orientando e conscientizando empreendedores, colaboradores e clientes quanto ao cumprimento dos protocolos de biossegurança e do distanciamento social.

Fecomércio RN

Veículo: Portal Acontece RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN - **Imagem:** 1/3
Título: Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise **Impacto:** Positivo
Link: <http://portalacontecern.com.br/site/noticia/fecomercio-rn-sebrae-e-entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-de-cidades-turisticas-para-tentar-amenizar-crise>

Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos ele juntos", afirma o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

02 de Março de 2021 - 17:59hs



A Fecomércio, o Sebrae RN e as entidades que compõem a Câmara Empresarial do Turismo (CET), órgão consultivo da Federação, protocolaram, nesta terça-feira, 2, junto ao Governo do Estado e às Prefeituras da Grande Natal, de Mossoró e dos principais municípios turísticos potiguares, um documento contendo uma série de pedidos para que possam ser minimizados os impactos negativos do endurecimento das medidas de prevenção à Covid-19 no setor de bares e restaurantes e no acesso às praias. No caso específico da Prefeitura de Natal, o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, e o coordenador da CET, George Costa, também entregaram o documento diretamente ao prefeito Alvaro Dias, aproveitando uma reunião ocorrida no final da manhã com representantes do comércio da capital (ver retranca abaixo).

"Nós entendemos que o foco de todo o RNI neste momento é preservar a vida dos potiguares. E o setor produtivo não poderia destoar disso. É claro que há prejuízos, sobretudo ao nosso turismo, que é pilar econômico do estado e vive um momento bastante delicado, com praticamente 40% das empresas quebradas e um cenário bastante nebuloso pela frente. O que estamos pretendendo com estes pleitos é amenizar o sufoco e permitir que estas empresas e os empregos que elas geram possam sobreviver. Também iremos buscar, junto à nossa bancada federal, uma ação para que a União possa retomar, com urgência, medidas como a MP da preservação dos empregos, linhas de crédito como o Pronampe e uma com foco específico neste setor e, até mesmo, a retomada do pagamento do auxílio emergencial, que tende a imigar o setor produtivo com recursos e reduzir a crise. O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos ele juntos", afirma o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Além dos pleitos, o documento enumera ações imediatas que o setor produtivo está pondo em prática, como a realização de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores e empreendedores dos segmentos envolvidos; oferecimento de cursos por meio do Sebrae RN e Senac RN; e a estruturação de uma ação denominada "Lazer com Responsabilidade", composta de equipes que circularão nos principais polos de bares, restaurantes, casas de recepção e buffets das maiores cidades do estado, orientando e conscientizando empreendedores, colaboradores e clientes quanto ao cumprimento dos protocolos de biossegurança e do distanciamento social.

O pacote de sugestões foi elaborado pelas equipes técnicas da Fecomércio, do Sebrae RN e das entidades empresariais que compõem a CET e é uma tentativa de evitar um prejuízo maior ainda às empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo, segmento que responde por cerca de 30% do PIB potiguar, e que gera em torno de 110 mil empregos diretos e indiretos.

Veja a lista de todos os pleitos apresentados e das entidades que a assinam:

PEDIDOS AO GOVERNO DO ESTADO

Pleitos Fiscais e Tributários

1. Prorrogação da vigência de certidões negativas de débitos por pelo menos 120 dias;
2. Adiantamento e parcelamento dos tributos (impostos, taxas e contribuições etc.) estaduais devidos pelas empresas do segmento, incluindo aquelas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados enquanto durar o período de restrições ao funcionamento, retomando os recolhimentos de forma parcelada, sem juros, multas ou correção monetária;
3. Prorrogação do vencimento de tributos estaduais que se encontram parcelados de forma ordinária, bem como a criação de parcelamentos através de Programas de Regularização Tributária estadual pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo empresas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados;
4. Postergação dos prazos para entrega de declarações relativas aos tributos estaduais e a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito das Secretarias e Procuradorias de Estado da Fazenda;
5. Manter o programa de parcelamento (REFIS) estadual, com condições e juros diferenciados para os débitos relativos aos anos de 2020 e 2021;
6. Implantar a redução do ICMS incidente sobre a energia elétrica de bares, restaurantes, agências de viagem, empresas de receptivo e afins, casas de recepção e/ou buffets, até 31.12.2021, conforme já concedido ao setor de hotéis e pousadas.

Veículo: Portal Acontece RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN - **Imagem:** 2/3

Título: Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

Link: <http://portalacontecern.com.br/site/noticia/fecomercio-rn-sebrae-e-entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-de-cidades-turisticas-para-tentar-amenizar-crise>

Concessão de crédito pela Agência de Fomento do RN S.A.

1. Urge a implementação de esforços efetivos pela Agência de Fomento do RN (AGN) para uma forte divulgação e facilitação do acesso aos recursos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), bem como a disponibilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), inclusive, com a utilização do Fundo de aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) do Sebrae;
2. Instituir mais opções de crédito, com taxas de juros máxima de 4,5% ao ano, carência mínima de seis meses para início do pagamento e prazo mínimo de 24 meses para quitação, objetivando o custeio dos salários, encargos e benefícios dos colaboradores, além do pagamento de fornecedores. O Pronampe instituído pelo Governo Federal é um bom referencial de crédito;
3. É necessária uma mobilização da Agência de Fomento do RN (AGN) para a simplificação dos procedimentos e criação dos mecanismos de acesso digital, permitindo, portanto, que os atendimentos sejam on-line para alcançar empreendedores em todo o Rio Grande do Norte de forma ágil. A hora é de transformação digital para dar celeridade nesses tempos de crise.

Tarifas públicas

1. Isenção da taxa de esgoto, durante o período de fechamento ou limitação de horário, dos estabelecimentos com restrições de funcionamento (Caern);
2. Desconto do valor do IPVA para veículos devidamente registrados em nome de empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento (SET RN);
3. Suspensão do corte de fornecimento de Gás Natural (Potigás) para as empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento até o fim do período de calamidade;
4. Instituir um parcelamento especial, com prazos diferenciados, para contas de gás em aberto (Potigás);
5. Criação de "tarifa da retomada econômica" para as empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento, com preços mais atrativos no Gás Natural, similares aos praticados na indústria (Potigás);
6. Fomentar a conversão de equipamentos de GLP para GN, através da oferta de linha de crédito por meio da AGN.

PEDIDOS ÀS PREFEITURAS

Pleitos Fiscais e Tributários

1. Prorrogação da vigência de certidões negativas de débitos por pelo menos 90 dias;
2. Adiamento e parcelamento dos tributos (impostos, taxas e contribuições) municipais devidos pelas empresas do segmento, incluindo aquelas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados enquanto durar o período de restrições ao funcionamento, retornando os recolhimentos de forma parcelada, sem juros, multas ou correção monetária;
3. Concessão de crédito equivalente a 50% do IPTU 2020 para abater em 2021 ou 2022 (no caso de quem já tenha pago o exercício 2021);
4. Redução da alíquota de ISS para as empresas dos setores abrangidos pela restrição de funcionamento, de 5% para 2%, por um período de seis meses contados a partir de 1º de março de 2021;
5. Prorrogação do vencimento de tributos municipais que se encontram parcelados de forma ordinária, bem como a criação de parcelamentos através de Programas de Regularização Tributária pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo empresas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados;
6. Postergação dos prazos para entrega de declarações relativas aos tributos municipais e a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito das Secretarias e Procuradorias de Fazenda no município.

Veículo: Portal Acontece RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN - **Imagem:** 3/3

Título: Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

Link: <http://portalacontecern.com.br/site/noticia/fecomercio-rn-sebrae-e-entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-de-cidades-turisticas-para-tentar-amenizar-crise>

Assinam o documento

Marcelo Queiroz

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN)

George Costa

Coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio RN (CET Fecomércio)

Habib Chalita

Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN (SHRBS RN), membro da CET Fecomércio

Paolo Passarielo

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), membro da CET Fecomércio

José Ferreira de Melo Neto

Superintendente do Sebrae RN

Abdon Gosson

Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN (ABIH RN), membro da CET Fecomércio RN

George Gosson

Presidente do Natal Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Rútilo Coelho

Presidente do Mossoró Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Francisco Câmara Júnior

Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do RN (Sindetur), membro da CET Fecomércio

Michele Pereira

Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem do RN (Abav RN), membro da CET Fecomércio

José Maria Pinheiro

Vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do RN (Abrajet), membro da CET Fecomércio

Wanderson Borges

Presidente da Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (Ashlep)

Adrienne Cantelli

Presidente da Abrasel Pipa

Representantes do Comércio se reúnem com prefeito Álvaro Dias e pedem ajustes nas novas regras em Natal

No final da manhã desta terça, 2, representantes de entidades ligadas ao comércio se reuniram com o prefeito de Natal, Álvaro Dias, e parte de sua equipe de secretários para pedir alguns ajustes no Decreto que mudou as regras de funcionamento dos setores de comércio e serviços bem como determinou o fechamento parcial da orla da capital, publicado no sábado passado, 27/02.

Em linhas gerais, os empresários pediram que fosse revisto o escalonamento de horários do comércio e também que fossem deixados mais claros pontos como o funcionamento – sem limitação de horário – dos serviços de delivery de bares e restaurantes e a relação de setores considerados essenciais e que, por esta condição, estariam de fora do escalonamento de horários.

O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, ficou de entregar nesta quarta-feira, 3, à STTU um detalhamento do número de colaboradores por segmento de comércio e serviços de modo a nortear melhor o trabalho daquela pasta no sentido de, com base no escalonamento e no fluxo otimizado de ônibus, buscar reduzir a demanda pelo transporte coletivo, evitando aglomerações nos mesmos.

Participaram da reunião, além do presidente Marcelo Queiroz, o presidente da CDL Natal, José Lucena Neto; o presidente da Federação das Associações Comerciais do RN, Itamar Maciel; o presidente da Associação Comercial do Estado, Schiavo Álvares; o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado, Afrânio Miranda; e o presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim, Matheus Feltosa; além de representantes da Associação Viva o Centro e da Associação dos Comerciantes da Zona Norte de Natal.

Veículo: Turismo Por Cristina Lira - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/3

Título: Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise **Impacto:** Positivo

Link: <https://cristinalira.com/fecomercio-rn-sebrae-e-entidades-do-turismo-entregam-li-sta-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-de-cidades-turisticas-para-tentar-amenizar-cri-se>

Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao Governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

📅 2 de março de 2021 👤 Cristina Lira Turismo 📁 Notícias



A Fecomércio, o Sebrae RN e as entidades que compõem a Câmara Empresarial do Turismo (CET), órgão consultivo da Federação, protocolaram, nesta terça-feira, 2, junto ao Governo do Estado e às Prefeituras da Grande Natal, de Mossoró e dos principais municípios turísticos potiguares, um documento contendo uma série de pedidos para que possam ser minimizados os impactos negativos do endurecimento das medidas de prevenção à Covid-19 no setor de bares e restaurantes e no acesso às praias. No caso específico da Prefeitura de Natal, o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, e o coordenador da CET, George Costa, também entregaram o documento diretamente ao prefeito Álvaro Dias, aproveitando uma reunião ocorrida no final da manhã com representantes do comércio da capital (ver retranca abaixo).

"Nós entendemos que o foco de todo o RN neste momento é preservar a vida dos potiguares. E o setor produtivo não poderia destoar disso. É claro que há prejuízos, sobretudo ao nosso turismo, que é pilar econômico do estado e vive um momento bastante delicado, com praticamente 40% das empresas quebradas e um cenário bastante nebuloso pela frente. O que estamos pretendendo com estes pleitos é amenizar o sufoco e permitir que estas empresas e os empregos que elas geram possam sobreviver. Também iremos buscar, junto à nossa bancada federal, uma ação para que a União possa retomar, com urgência, medidas como a MP da preservação dos empregos, linhas de crédito como o Pronampe e uma com foco específico neste setor e, até mesmo, a retomada do pagamento do auxílio emergencial, que tende a irrigar o setor produtivo com recursos e reduzir a crise. O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos ele juntos", afirma o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Além dos pleitos, o documento enumera ações imediatas que o setor produtivo está pondo em prática, como a realização de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores e empreendedores dos segmentos envolvidos; oferecimento de cursos por meio do Sebrae RN e Senac RN; e a estruturação de uma ação denominada "Lazer com Responsabilidade", composta de equipes que circularão nos principais polos de bares, restaurantes, casas de recepção e buffets das maiores cidades do estado, orientando e conscientizando empreendedores, colaboradores e clientes quanto ao cumprimento dos protocolos de biossegurança e do distanciamento social.

O pacote de sugestões foi elaborado pelas equipes técnicas da Fecomércio, do Sebrae RN e das entidades empresariais que compõem a CET e é uma tentativa de evitar um prejuízo maior ainda às empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo, segmento que responde por cerca de 30% do PIB potiguar, e que gera em torno de 110 mil empregos diretos e formais.

Veja a lista de todos os pleitos apresentados e das entidades que a assinam:

Veículo: Turismo Por Cristina Lira - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/3

Título: Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

Link: <https://cristinalira.com/fecomercio-rn-sebrae-e-entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-de-cidades-turisticas-para-tentar-amenizar-ar-crise>

PEDIDOS AO GOVERNO DO ESTADO

Pleitos Fiscais e Tributários

1. Prorrogação da vigência de certidões negativas de débitos por pelo menos 120 dias;
2. Adiamento e parcelamento dos tributos (impostos, taxas e contribuições etc.) estaduais devidos pelas empresas do segmento, incluindo aquelas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados enquanto durar o período de restrições ao funcionamento, retomando os recolhimentos de forma parcelada, sem juros, multas ou correção monetária;
3. Prorrogação do vencimento de tributos estaduais que se encontram parcelados de forma ordinária, bem como a criação de parcelamentos através de Programas de Regularização Tributária estadual pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo empresas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados;
4. Postergação dos prazos para entrega de declarações relativas aos tributos estaduais e a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito das Secretarias e Procuradorias de Estado da Fazenda;
5. Manter o programa de parcelamento (REFIS) estadual, com condições e juros diferenciados para os débitos relativos aos anos de 2020 e 2021;
6. Implantar a redução do ICMS incidente sobre a energia elétrica de bares, restaurantes, agências de viagem, empresas de receptivo e afins, casas de recepção e/ou buffets, até 31.12.2021, conforme já concedido ao setor de hotéis e pousadas;

Concessão de crédito pela Agência de Fomento do RN S.A.

1. Urge a implementação de esforços efetivos pela Agência de Fomento do RN (AGN) para uma forte divulgação e facilitação do acesso aos recursos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), bem como a disponibilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), inclusive, com a utilização do Fundo de aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) do Sebrae;
2. Instituir mais opções de crédito, com taxas de juros máxima de 4,5% ao ano, carência mínima de seis meses para início do pagamento e prazo mínimo de 24 meses para quitação, objetivando o custeio dos salários, encargos e benefícios dos colaboradores, além do pagamento de fornecedores. O Pronampe instituído pelo Governo Federal é um bom referencial de crédito;
3. É necessária uma mobilização da Agência de Fomento do RN (AGN) para a simplificação dos procedimentos e criação dos mecanismos de acesso digital, permitindo, portanto, que os atendimentos sejam on-line para alcançar empreendedores em todo o Rio Grande do Norte de forma ágil. A hora é de transformação digital para dar celeridade nesses tempos de crise.

Tarifas públicas

1. Isenção da taxa de esgoto, durante o período de fechamento ou limitação de horário, dos estabelecimentos com restrições de funcionamento (Caern);
2. Desconto do valor do IPVA para veículos devidamente registrados em nome de empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento (SET RN);
3. Suspensão do corte de fornecimento de Gás Natural (Potigás) para as empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento até o fim do período de calamidade;
4. Instituir um parcelamento especial, com prazos diferenciados, para contas de gás em aberto (Potigás);
5. Criação de tarifa de retomada econômica para as empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento, com preços mais atrativos no Gás Natural, similares aos praticados na indústria (Potigás);
6. Fomentar a conversão de equipamentos de GLP para GN, através da oferta de linha de crédito por meio da AGN.

PEDIDOS ÀS PREFEITURAS

Pleitos Fiscais e Tributários

1. Prorrogação da vigência de certidões negativas de débitos por pelo menos 90 dias;
2. Adiamento e parcelamento dos tributos (impostos, taxas e contribuições) municipais devidos pelas empresas do segmento, incluindo aquelas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados enquanto durar o período de restrições ao funcionamento, retomando os recolhimentos de forma parcelada, sem juros, multas ou correção monetária;
3. Concessão de crédito equivalente a 50% do IPTU 2020 para abater em 2021 ou 2022 (no caso de quem já tenha pago o exercício 2021);
4. Redução da alíquota de ISS para as empresas dos setores abrangidos pela restrição de funcionamento, de 5% para 2%, por um período de seis meses contados a partir de 1º de março de 2021;
5. Prorrogação do vencimento de tributos municipais que se encontram parcelados de forma ordinária, bem como a criação de parcelamentos através de Programas de Regularização Tributária pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo empresas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados;
6. Postergação dos prazos para entrega de declarações relativas aos tributos municipais e a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito das Secretarias e Procuradorias de Fazenda no município.

Veículo: Turismo Por Cristina Lira - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 3/3

Título: Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

Link: <https://cristinalira.com/fecomercio-rn-sebrae-e-entidades-do-turismo-entregam-lista-de-pedidos-ao-governo-e-prefeituras-de-cidades-turisticas-para-tentar-amenizar-crise>

Assinam o documento

Marcelo Queiroz

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN)

George Costa

Coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio RN (CET Fecomércio)

Habib Chalita

Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN (SHRBS RN), membro da CET Fecomércio

Paolo Passarielo

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), membro da CET Fecomércio

José Ferreira de Melo Neto

Superintendente do Sebrae RN

Abdon Gosson

Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN (ABIH RN), membro da CET Fecomércio RN

George Gosson

Presidente do Natal Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Rútilo Coelho

Presidente do Mossoró Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Francisco Câmara Júnior

Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do RN (Sindetur), membro da CET Fecomércio

Michele Pereira

Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem do RN (Abav RN), membro da CET Fecomércio

José Maria Pinheiro

Vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do RN (Abrajét), membro da CET Fecomércio

Wanderson Borges

Presidente da Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (Ashtep)

Adrienne Cantelli

Presidente da Abrasel Pipa

RETRANCA

Representantes do Comércio se reúnem com prefeito Álvaro Dias e pedem ajustes nas novas regras em Natal

No final da manhã desta terça, 2, representantes de entidades ligadas ao comércio se reuniram com o prefeito de Natal, Álvaro Dias, e parte de sua equipe de secretários para pedir alguns ajustes no Decreto que mudou as regras de funcionamento dos setores de comércio e serviços bem como determinou o fechamento parcial da orla da capital, publicado no sábado passado, 27/02.

Em linhas gerais, os empresários pediram que fosse revisto o escalonamento de horários do comércio e também que fossem deixados mais claros pontos como o funcionamento – sem limitação de horário – dos serviços de delivery de bares e restaurantes e a relação de setores considerados essenciais e que, por esta condição, estariam de fora do escalonamento de horários.

O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, ficou de entregar nesta quarta-feira, 3, à STTU um detalhamento do número de colaboradores por segmento de comércio e serviços de modo a nortear melhor o trabalho daquela pasta no sentido de, com base no escalonamento e no fluxo otimizado de ônibus, buscar reduzir a demanda pelo transporte coletivo, evitando aglomerações nos mesmos.

Participaram da reunião, além do presidente Marcelo Queiroz, o presidente da CDL Natal, José Lucena Neto; o presidente da Federação das Associações Comerciais do RN, Itamar Maciel; o presidente da Associação Comercial do Estado, Schiavo Álvares; o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado, Afrânio Miranda; e o presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim, Matheus Feitosa; além de representantes da Associação Viva o Centro e da Associação dos Comerciantes da Zona Norte de Natal.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Imagem:** 1/3

Título: Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/fecomercio-rn-sebrae-e-entidades-do.html>

FECOMÉRCIO RN, SEBRAE E ENTIDADES DO TURISMO ENTREGAM LISTA DE PEDIDOS AO GOVERNO E PREFEITURAS DE CIDADES TURÍSTICAS PARA TENTAR AMENIZAR CRISE

02 março



A Fecomércio, o Sebrae RN e as entidades que compõem a Câmara Empresarial do Turismo (CET), órgão consultivo da Federação, protocolaram, nesta terça-feira, 2, junto ao Governo do Estado e às Prefeituras da Grande Natal, de Mossoró e dos principais municípios turísticos potiguares, um documento contendo uma série de pedidos para que possam ser minimizados os impactos negativos do endurecimento das medidas de prevenção à Covid-19 no setor de bares e restaurantes e no acesso às praias. No caso específico da Prefeitura de Natal, o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, e o coordenador da CET, George Costa, também entregaram o documento diretamente ao prefeito Álvaro Dias, aproveitando uma reunião ocorrida no final da manhã com representantes do comércio da capital (ver retranca abaixo).

"Nós entendemos que o foco de todo o RN neste momento é preservar a vida dos potiguares. E o setor produtivo não poderia deitar disso. É claro que há prejuízos, sobretudo ao nosso turismo, que é pilar econômico do estado e vive um momento bastante delicado, com praticamente 40% das empresas quebradas e um cenário bastante nebuloso pela frente. O que estamos pretendendo com estes pleitos é amenizar o sufoco e permitir que estas empresas e os empregos que elas geram possam sobreviver. Também iremos buscar, junto à nossa bancada federal, uma ação para que a União possa retornar, com urgência, medidas como a MP da preservação dos empregos, linhas de crédito como o Pronampe e uma com foco específico neste setor e, até mesmo, a retomada do pagamento do auxílio emergencial, que tende a irrigar o setor produtivo com recursos e reduzir a crise. O momento é extremamente difícil. E precisamos de serenidade e equilíbrio para atravessarmos ele juntos", afirma o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Além dos pleitos, o documento enumera ações imediatas que o setor produtivo está pondo em prática, como a realização de consultorias, cursos de capacitação e qualificação profissionais de colaboradores e empreendedores dos segmentos envolvidos; oferecimento de cursos por meio do Sebrae RN e Senac RN; e a estruturação de uma ação denominada "Lazer com Responsabilidade", composta de equipes que circularão nos principais polos de bares, restaurantes, casas de recepção e buffets das maiores cidades do estado, orientando e conscientizando empreendedores, colaboradores e clientes quanto ao cumprimento dos protocolos de biossegurança e do distanciamento social.

O pacote de sugestões foi elaborado pelas equipes técnicas da Fecomércio, do Sebrae RN e das entidades empresariais que compõem a CET e é uma tentativa de evitar um prejuízo maior ainda às empresas que compõem a cadeia produtiva do turismo, segmento que responde por cerca de 30% do PIB potiguar, e que gera em torno de 110 mil empregos diretos e formais.

Veja a lista de todos os pleitos apresentados e das entidades que a assinam:

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Imagem:** 2/3

Título: Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/fecomercio-rn-sebrae-e-entidades-do.html>

PEDIDOS AO GOVERNO DO ESTADO

Pleitos Fiscais e Tributários

1. Prorrogação da vigência de certidões negativas de débitos por pelo menos 120 dias;
2. Adiantamento e parcelamento dos tributos (impostos, taxas e contribuições etc.) estaduais devidos pelas empresas do segmento, incluindo aquelas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados enquanto durar o período de restrições ao funcionamento, retornando os recolhimentos de forma parcelada, sem juros, multas ou correção monetária;
3. Prorrogação do vencimento de tributos estaduais que se encontram parcelados de forma ordinária, bem como a criação de parcelamentos através de Programas de Regularização Tributária estadual pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo empresas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados;
4. Postergação dos prazos para entrega de declarações relativas aos tributos estaduais e a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito das Secretarias e Procuradorias de Estado da Fazenda;
5. Manter o programa de parcelamento (REFIS) estadual, com condições e juros diferenciados para os débitos relativos aos anos de 2020 e 2021;
6. Implantar a redução do ICMS incidente sobre a energia elétrica de bares, restaurantes, agências de viagem, empresas de receptivo e afins), casas de recepção e/ou buffets, até 31.12.2021, conforme já concedido ao setor de hotéis e pousadas.

Concessão de crédito pela Agência de Fomento do RN S.A.

1. Urge a implementação de esforços efetivos pela Agência de Fomento do RN (AGN) para uma forte divulgação e facilitação do acesso aos recursos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), bem como a disponibilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), inclusive, com a utilização do Fundo de aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) do Sebrae;
2. Instituir mais opções de crédito, com taxas de juros máxima de 4,5% ao ano, carência mínima de seis meses para início do pagamento e prazo mínimo de 24 meses para quitação, objetivando o custeio dos salários, encargos e benefícios dos colaboradores, além do pagamento de fornecedores. O Pronampe instituído pelo Governo Federal é um bom referencial de crédito;
3. É necessária uma mobilização da Agência de Fomento do RN (AGN) para a simplificação dos procedimentos e criação dos mecanismos de acesso digital, permitindo, portanto, que os atendimentos sejam on-line para alcançar empreendedores em todo o Rio Grande do Norte de forma ágil. A hora é de transformação digital para dar celeridade nesses tempos de crise.

Tarifas públicas

1. Isenção da taxa de esgoto, durante o período de fechamento ou limitação de horário, dos estabelecimentos com restrições de funcionamento (Caern);
2. Desconto do valor do IPVA para veículos devidamente registrados em nome de empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento (SET RN);
3. Suspensão do corte de fornecimento de Gás Natural (Potigás) para as empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento até o fim do período de calamidade;
4. Instituir um parcelamento especial, com prazos diferenciados, para contas de gás em aberto (Potigás);
5. Criação de "tarifa da retomada econômica" para as empresas dos setores abrangidos pelas restrições impostas ao seu funcionamento, com preços mais atrativos no Gás Natural, similares aos praticados na indústria (Potigás);
6. Fomentar a conversão de equipamentos de GLP para GN, através da oferta de linha de crédito por meio da AGN.

PEDIDOS ÀS PREFEITURAS

Pleitos Fiscais e Tributários

1. Prorrogação da vigência de certidões negativas de débitos por pelo menos 90 dias;
2. Adiantamento e parcelamento dos tributos (impostos, taxas e contribuições) municipais devidos pelas empresas do segmento, incluindo aquelas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados enquanto durar o período de restrições ao funcionamento, retornando os recolhimentos de forma parcelada, sem juros, multas ou correção monetária;
3. Concessão de crédito equivalente a 50% do IPTU 2020 para abater em 2021 ou 2022 (no caso de quem já tenha pago o exercício 2021);
4. Redução da alíquota de ISS para as empresas dos setores abrangidos pela restrição de funcionamento, de 5% para 2%, por um período de seis meses contados a partir de 1º de março de 2021;
5. Prorrogação do vencimento de tributos municipais que se encontram parcelados de forma ordinária, bem como a criação de parcelamentos através de Programas de Regularização Tributária pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, incluindo empresas que estejam inscritas no regime tributário do Simples Nacional e em regimes de tributação diferenciados;
6. Postergação dos prazos para entrega de declarações relativas aos tributos municipais e a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito das Secretarias e Procuradorias de Fazenda no município.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Imagem:** 3/3

Título: Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/fecomercio-rn-sebrae-e-entidades-do.html>

Assinam o documento

Marcelo Queiroz

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN)

George Costa

Coordenador da Câmara Empresarial do Turismo da Fecomércio RN (CET Fecomércio)

Habib Chalita

Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN (SHRBS RN), membro da CET Fecomércio

Paolo Passarielo

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), membro da CET Fecomércio

José Ferreira de Melo Neto

Superintendente do Sebrae RN

Abdon Gosson

Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN (ABIH RN), membro da CET Fecomércio RN

George Gosson

Presidente do Natal Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Rútilo Coelho

Presidente do Mossoró Convention Bureau, membro da CET Fecomércio

Francisco Câmara Júnior

Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do RN (Sindetur), membro da CET Fecomércio

Michele Pereira

Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem do RN (Abav RN), membro da CET Fecomércio

José Maria Pinheiro

Vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do RN (Abrajat), membro da CET Fecomércio

Wanderson Borges

Presidente da Associação dos Hoteleiros de Tibau do Sul e Pipa (Ashtep)

Adrienne Cantelli.

Presidente da Abrasel Pipa

Representantes do Comércio se reúnem com prefeito Álvaro Dias e pedem ajustes nas novas regras em Natal

No final da manhã desta terça, 2, representantes de entidades ligadas ao comércio se reuniram com o prefeito de Natal, Álvaro Dias, e parte de sua equipe de secretários para pedir alguns ajustes no Decreto que mudou as regras de funcionamento dos setores de comércio e serviços bem como determinou o fechamento parcial da orla da capital, publicado no sábado passado, 27/02.

Em linhas gerais, os empresários pediram que fosse revisto o escalonamento de horários do comércio e também que fossem deixados mais claros pontos como o funcionamento – sem limitação de horário – dos serviços de delivery de bares e restaurantes e a relação de setores considerados essenciais e que, por esta condição, estariam de fora do escalonamento de horários.

O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, ficou de entregar nesta quarta-feira, 3, à STTU um detalhamento do número de colaboradores por segmento de comércio e serviços de modo a nortear melhor o trabalho daquela pasta no sentido de, com base no escalonamento e no fluxo otimizado de ônibus, buscar reduzir a demanda pelo transporte coletivo, evitando aglomerações nos mesmos.

Participaram da reunião, além do presidente Marcelo Queiroz, o presidente da CDL Natal, José Lucena Neto; o presidente da Federação das Associações Comerciais do RN, Itamar Maciel; o presidente da Associação Comercial do Estado, Schiavo Álvares; o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado, Afrânio Miranda; e o presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim, Matheus Feitosa; além de representantes da Associação Viva o Centro e da Associação dos Comerciantes da Zona Norte de Natal.

Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Senac RN abre cursos gratuitos focados nos protocolos sanitários para a área do Turismo **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/senac-rn-abre-cursos-gratuitos-focados-nos-protocolos-sanitarios-para-a-area-do-turismo>



Senac RN abre cursos gratuitos focados nos protocolos sanitários para a área do Turismo

Dando continuidade à série de ações previstas dentro do Plano de Retomada do Turismo, o Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, iniciou, nesta segunda-feira (01), a partir das 14h, inscrições para os cursos que têm como foco habilitar trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do turismo para implementação das normas de biossegurança exigidas.

Os profissionais que desejarem participar têm até o dia sete de março para realizarem sua inscrição, por meio do site rn.senac.br. Nesta etapa estão sendo oferecidas 150 vagas nos cursos de Protocolo e Boas Práticas de Prevenção à Covid-19 em Meios de Hospedagem; Alimentos e Bebidas e Serviços Receptivos.

“Esta iniciativa, que vem sendo realizada desde o ano passado, contribui diretamente para a retomada da economia e do turismo do RN. Ao oferecer os cursos gratuitos no Senac, estamos possibilitando nossos turistas e sociedade em geral, a garantia de que estão usufruindo de um serviço seguro, com o cumprimento de todas as normas sanitárias e de higiene”, ressaltou o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Para se inscrever, é preciso possuir renda familiar mensal per capita de até dois salários mínimos federais, comprovados por meio de auto declaração, e apresentação de documentos pessoais, como RG, CPF, comprovante de residência e escolaridade. O candidato também deve dispor de computador com acesso à internet, já que as aulas ocorrerão de forma remota. A seleção dos candidatos será feita de acordo com a ordem de inscrição. Inscrição em: rn.senac.br.

Sobre o PRT – O Plano de Retomada do Turismo do Rio Grande do Norte é uma ação liderada pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Turismo, com o objetivo de promover ações integradas dos empreendimentos turísticos para garantir a saúde pública e organizar a retomada gradativa das atividades, preservando os empregos e auxiliando na segurança econômica e sanitária.

Veículo: Ponto de Vista Online - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 02/03/21

Título: Setor produtivo do Estado se une novamente no enfrentamento à Covid-19 **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.pontodevistaonline.com.br/setor-produtivo-do-estado-se-une-novamente-no-enfrentamento-a-covid-19>

Setor produtivo do Estado se une novamente no enfrentamento à Covid-19

Publicado por  Ponto de Vista em  2 de março de 2021

Tags  Categorias 



Diante do aumento de casos de Covid-19 e lotação dos leitos covid nos hospitais públicos e privados, as lideranças empresariais decidiram retomar o projeto SOS Protocolos, iniciado em maio de 2020, que orientou empresários e trabalhadores do comércio sobre os protocolos de biossegurança para o funcionamento seguro das atividades.

A partir da segunda-feira, 01.03, os agentes capacitados pelo Sebrae RN estarão no bairro do Alecrim, um dos principais centros comerciais da capital potiguar, orientando e reforçando junto à população e aos lojistas, os cuidados preventivos ao novo Coronavírus. Serão distribuídas máscaras, álcool em gel a 70%, e afixados cartazes com orientações. Os demais bairros comerciais da cidade também serão visitados. A ideia é multiplicar a informação com o maior número de pessoas possíveis.

Além das visitas, a conscientização será realizada pelas redes sociais, carro de som e entrevistas concedidas à imprensa local.

O Setor de comércio e serviços entende que o momento é crítico e que todos podem e devem contribuir para a prevenção da doença. As lideranças reforçam não ser o segmento o responsável pelas aglomerações, contudo, de forma preventiva, vai reforçar os cuidados junto a lojistas, trabalhadores e consumidores em geral.

O SOS Protocolos é uma realização da CDL Natal, **Fecomércio RN** e Sebrae RN, que conta com o apoio da Associação Comercial do RN, Facern, Aeba, Viva o Centro, Fiem e Fetronor, FCDL RN, Abrasel, Associação Comercial, CDL Jovem Natal.

Na primeira fase, realizada em maio de 2020, foram visitadas 3 mil empresas, das quatro regiões de Natal.

Veículo: Versátil News - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Fecomércio: Comércio do Alecrim volta a receber visitas do programa "SOS Protocolos", da Fecomércio RN, CDL Natal e Sebrae **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.versatilnews.com.br/2021/03/fecomercio-comercio-do-alecrim-volta-a-receber-visitas-do-programa-sos-protocolos-da-fecomercio-rn-cdl-natal-e-sebrae>

Fecomércio: Comércio do Alecrim volta a receber visitas do programa "SOS Protocolos", da Fecomércio RN, CDL Natal e Sebrae

2 de março de 2021 | Comunicação | Coluna Versátil News

Diante do aumento de casos e das taxas de ocupação dos leitos críticos para a Covid-19, que tiveram como consequência a publicação de decretos que endureceram as medidas de distanciamento e restrição de funcionamento do comércio e dos serviços no estado e nas principais cidades potiguares, o Programa "SOS Protocolos", da Fecomércio, CDL Natal e Sebrae, foi retomado nesta segunda-feira, 1º de março. O primeiro polo comercial a receber as novas visitas foi o tradicional bairro do Alecrim.



As equipes, treinadas pelo Sebrae RN, se dividiram nas principais ruas comerciais do bairro, e prestaram orientações a respeito das medidas preventivas ao novo Coronavírus, informando que continuam em vigor as regras de distanciamento entre clientes, o uso obrigatório de máscara e a higienização das mãos com o álcool a 70%. Além disso, foram distribuídas máscaras, álcool em gel e afixados cartazes com as orientações.

"Se o cliente está sem máscara, nós não atendemos. Além do risco que corremos, temos os outros clientes, que temos que respeitar e ter consciência. E este trabalho de orientação é muito importante, já que tem locais que não estão cumprindo como é para ser", ponderou a gerente de uma distribuidora de bebidas, Marcelle Rodrigues. Opinião que é compartilhada pelo comerciante autônomo Felipe Damasceno: "Eu me sinto seguro em frequentar os locais onde faço compras para o meu comércio, porque eles cumprem os protocolos. Mas muitas pessoas estão relaxando, então é sempre bom lembrar que ainda temos que ter cuidado", finalizou.

"Entendemos que é um momento preocupante, já que temos visto, dia após dia, o aumento do número de novos caso e das taxas de ocupação dos leitos críticos. Mas também entendemos que o comércio pode, sim, funcionar de maneira segura. Por isso voltamos ao bairro do Alecrim com o SOS Protocolos, realizando um trabalho de conscientização em relação às medidas de prevenção à contaminação da Covid-19, bem como de orientação, tanto dos comerciantes quanto da população em relação às determinações dos novos decretos", afirmou o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.



O programa, desenvolvido pela Fecomércio RN, CDL Natal e Sebrae RN, consiste em visitar os principais polos comerciais da cidade para orientar os empresários e trabalhadores do comércio sobre as medidas e regras que os estabelecimentos devem seguir para que possam funcionar, em concordância com os decretos estadual e municipal.

Em sua primeira fase, que aconteceu em julho de 2020, foram visitadas mais de 3 mil empresas, com a realização de orientações e capacitações,

distribuição de máscaras e álcool em gel a 70%, em todas as regiões da capital, em bairros como Alecrim, Centro da Cidade, Zona Norte, Cidade da Esperança, Tirol, Petrópolis, Lagoa Seca e Lagoa Nova.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: STTU abrirá licitação para estacionamentos **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sttu-abrira-licitaa-a-o-para-estacionamentos/504021>

STTU abrirá licitação para estacionamentos

Publicação: 2021-03-02 09:05:03

Mariana Ceci
Repórter

Pela quarta vez desde a década de 1990, a Prefeitura do Natal vai tentar implementar o sistema de estacionamento rotativo nos principais bairros comerciais da cidade. O chamamento da licitação de concessão foi lançado nessa última segunda-feira (1º), e ficará aberto até o dia 5 de abril. De acordo com a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU), o projeto vem para atender pedidos constantes feitos ao longo dos anos por representantes do comércio, que apontam a dificuldade de encontrar estacionamento em bairros como a Cidade Alta e o Alecrim, como um obstáculo para atração de clientes.

Créditos: Alex Régis



Avenidas e ruas da Cidade Alta (foto), Alecrim, Petrópolis e Tirol estão contempladas no projeto

"É uma demanda que veio das associações e entidades do comércio, porque por mais que sabemos que o ideal é que menos pessoas utilizem o transporte particular, seu uso ainda é um fato em Natal, e a falta de estacionamento prejudicava o movimento", explica o titular da STTU, Paulo César Medeiros.

Segundo o secretário, o modelo atual tem um diferencial em relação aos que foram empregados no passado: a incorporação de tecnologias que vão facilitar o pagamento e o monitoramento. "Vai ser possível pagar pelo aplicativo, assim como monitorar o tempo. Tudo isso vai facilitar a operação", afirma.

O serviço será disponibilizado nos bairros do Alecrim, Ribeira, Tirol, Cidade Alta, Petrópolis, Ponta Negra, Lagoa Nova e Lagoa Seca. Na primeira etapa, está prevista a implementação de 2.229 vagas nos bairros do Alecrim, Ribeira, Tirol e algumas vias da Cidade Alta. Outras 2.039 vagas serão implementadas na segunda fase, dessa vez em Petrópolis, Ponta Negra, Lagoa Nova, Lagoa Seca e outras vias da Cidade Alta.

O novo modelo prevê que o cidadão que deseje estacionar nas áreas de estacionamento rotativo pague R\$ 2,00 nas duas primeiras horas. Como a ideia é de que o estacionamento seja rotativo, a partir da terceira hora, será cobrado o valor de R\$ 10,00.

"O que acontecia é que muitas pessoas deixavam seus carros na frente dos comércios de manhã e só iam tirá-los à noite, e isso impossibilitava que quem ia até o bairro para comprar pudesse estacionar. É esse problema que estamos querendo solucionar. A arrecadação em si não é o objetivo, ela é apenas uma forma de garantir a rotatividade", diz Paulo César.

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal), José Lucena, afirma que a entidade tem defendido há alguns anos que o estacionamento rotativo trará mais fluxo de consumidores para o comércio de rua da cidade. "Todos nós conhecemos alguém que afirma não consumir no Centro ou Alecrim por não ter onde estacionar. Entendemos que a rotatividade das vagas auxiliará no fomento do comércio local, especialmente em

Outro ponto destacado por ele é que os estacionamentos não ocuparão todas as vias dos bairros, mas apenas alguns pontos centrais, dando mais uma opção para os motoristas para estacionar, e não excluindo as demais já existentes.

"É bom destacar que o estacionamento será implantado em algumas ruas e que a população terá mais opções para estacionar, isso sem falar da segurança, uma vez que nas áreas onde serão implantados, o estacionamento rotativo terá câmeras de segurança e fiscais, logo acreditamos que vai reduzir o risco de furtos ou assaltos por conta dos fiscais", ressalta Lucena.

O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, também encara a iniciativa como "bastante positiva", mas faz ressalvas quanto à necessidade de bastante planejamento para a implementação. "Desde que seja bem planejado e implantado com bom senso e responsabilidade, o projeto que irá viabilizar a existência destas vagas será, não temos dúvidas, um estímulo à ida dos consumidores ao comércio de rua, com reflexos diretos e positivos nas vendas", aponta.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Órgãos ministeriais no Rio Grande do Norte assinam recomendação **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-rga-os-ministeriais-no-rio-grande-do-norte-assinam-recomendaa-a-o/504017>

Órgãos ministeriais no Rio Grande do Norte assinam recomendação

Publicação: 2021-03-02 09:00:00

Ícaro Carvalho

Repórter

Os Ministérios Públicos do Rio Grande do Norte (MPRN), do Trabalho (MPT) e Federal (MPF) sugeriram ao Governo do Estado e aos municípios potiguarenses a adoção de medidas mais rígidas no combate à pandemia de Covid-19. O documento foi publicado no sábado (27), mesmo dia em que o Poder Executivo estadual determinou o toque de recolher, com restrição de circulação de pessoas nas ruas das 22h às 5h, e outras providências.

Créditos: Rayane Mainara



Ocupação de leitos críticos para a covid-19 no Rio Grande do Norte segue acima dos 80% há 15 dias



Na Recomendação Conjunta, assinada por Eudo Rodrigues Leite, procurador-geral de Justiça do Estado do RN; Victor Manoel Mariz, procurador regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no RN e Xisto Tiago de Medeiros Neto, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Estado do RN, é solicitado aos prefeitos municipais que "se dignem a cumprir fielmente" o Decreto nº 30.383/2021 publicado no sábado pela governadora Fátima Bezerra.

Entre as medidas a serem cumpridas estão o toque de recolher, a suspensão das aulas nas redes pública e privada e interrupção de outras atividades, como a realização de missas e cultos com participação de fiéis nas igrejas e templos religiosos diversos.

Entre as medidas sugeridas pelo MPF, MPRN e MPT, estão a proibição de comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos ou coletivos das 20h às 5h; adequação dos expedientes dos trabalhadores aos horários de proibição provisória de circulação; permissão das atividades religiosas somente para atendimento individual ou culto/missa on-line; priorização da substituição do regime de trabalho presencial para o teletrabalho na administração pública e na iniciativa privada. Além disso, há também a sugestão para suspensão do atendimento e funcionamento presencial em shoppings centers; permissão de delivery, drive-thru e take away e proibição de realização de festas em condomínios residenciais.

O documento também dispõe sobre a suspensão das aulas na rede pública e privada de ensino em todo o Estado por 14 dias, com a recomendação da adoção do ensino online. Esse item já estava previsto no Decreto nº 30.383/2021. Os órgãos ministeriais ainda aconselham os gestores públicos a suspenderem as cirurgias eletivas por 30 dias, abrindo exceções para pacientes em que o adiamento possa agravar as condições de saúde do paciente.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 02/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2
Título: Órgãos ministeriais no Rio Grande do Norte assinam recomendação
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-rga-os-ministeriais-no-rio-grande-do-norte-assinam-recomendaa-a-o/504017>

Sobre esse último ponto, a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN) publicou Portaria nº 635, no último dia 23 de fevereiro, determinando a suspensão. As cirurgias eletivas que seguem sendo realizadas são as vasculares, ortopédicas, via demanda judicial e aqueles em que o adiamento possa agravar as condições de saúde do paciente.

"A presente recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências solicitadas, e poderá implicar na adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra os responsáveis inertes em face da violação dos dispositivos legais e direitos acima referidos", ressalta o documento.

Para emitir as observações, as instituições levaram em consideração o patamar crítico da pandemia no Estado. Em consulta a plataforma Regula RN, vinculada à Central de Regulações da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap), que monitora em tempo real as internações no RN, a ocupação dos leitos críticos para a Covid, nesta segunda-feira, 01º, era de 91,22%, com 270 leitos ocupados de um total de 296. O número de leitos críticos disponíveis na Região Metropolitana, consultados às 18h pela TRIBUNA DO NORTE, era de 13 leitos, sendo 37 pacientes com esse perfil na fila de espera. A taxa de ocupação de leitos de UTI na região Metropolitana era de 92,8%; no Oeste 96,5% e no Seridó, 97,1%.

Nas últimas semanas, o quadro da Covid-19 no RN se agravou, com aumento de casos e internações, gerando colapso no sistema de saúde, segundo a governadora Fátima Bezerra (PT), e fila de espera por leitos de UTI em Natal e na Região Metropolitana. Isso forçou a Sesap a transferir pacientes de Natal para cidades como Caicó, Mossoró e Pau dos Ferros.

A reportagem tentou contato com o presidente da Federação dos Municípios do RN (Femur), Babá Pereira, mas ele estava em viagem e impossibilitado de atender as ligações. A assessoria da entidade, porém, confirmou que a Recomendação foi enviada a todos os municípios.

PMN mantém atendimento presencial

A Prefeitura de Natal publicou no sábado (27), o Decreto Nº 12.176, que disciplina o expediente e o atendimento ao público externo enquanto durar este momento crítico da Covid-19 na cidade. O atendimento ao público está mantido das 8h às 14h, mas as pessoas que necessitarem terão que fazer agendamento prévio diretamente com a secretaria responsável pelo serviço.

De acordo com o decreto, fica estabelecido em todas as repartições públicas da administração direta, indireta, autárquica e fundacional no Município do Natal, o horário de expediente de 08h às 14h ou de 11h às 17h, de segunda a sexta-feira. Ficam autorizados a trabalhar de forma remota os servidores cujas atividades possam ser exercidas mediante o uso dos sistemas eletrônicos. Para esta modalidade de trabalho há especificações na publicação.

Atualmente, a Prefeitura de Natal dispõe de atendimento virtual para vários serviços que podem ser acessados via site www.natal.rn.gov.br. Caso o cidadão não consiga resolver de forma remota, pode agendar o atendimento presencial. Os contatos das Secretarias Municipais também estão disponíveis no site.

Passo a passo

Na capa do site, na parte superior, existe o ícone "Guia de serviços". Nesse local há o filtro para a localização do serviço e Secretaria desejados. Além disso, remete a contatos com a Secretaria para tirar dúvidas ou mesmo marcar atendimento presencial.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Altas da gasolina e do GLP consomem 30% do mínimo **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/altas-da-gasolina-e-do-glp-consosem-30-do-ma-nimo/504138>

Altas da gasolina e do GLP consomem 30% do mínimo

Fabricação: 2021-03-05 09:00:00

Felipe Salustino
Repórter

Após os mais recentes reajustes no preço dos combustíveis e do gás de cozinha anunciados pela Petrobras no início desta semana, os potiguares que recebem um salário mínimo deverão comprometer, em média, 29,5% da remuneração pessoal para abastecer um carro (com tanque de 40 litros) com gasolina uma vez por mês e, ao mesmo tempo, trocar o botijão de gás a cada 30 dias. O cálculo foi feito pelo professor de Ciências Contábeis da Universidade Estácio, Agamenon Segundo, a pedido da TRIBUNA DO NORTE. A fatia a ser comprometida, segundo o professor, já ultrapassa em 5% o reajuste do salário mínimo em 2021.

Créditos: Magnus Nascimento



No final da tarde dessa terça-feira (2), os postos de combustíveis em Natal ainda não tinham repassado a nova alta aos clientes

Com isso, os acréscimos recém-anunciados (de 5,2% para o gás de cozinha e de 4,8% para a gasolina) se somam aos demais já implementados em 2021, e devem pesar o muito no bolso do consumidor. "A situação é muito complicada, porque a alta nos combustíveis, por exemplo, implica no aumento dos preços de outros setores: supermercado, vendas pela internet, a pessoa que faz entrega de quininha... É até difícil calcular o impacto total desses aumentos, mas dá para perceber que será muito severo", explica o professor Agamenon Segundo.

De acordo com ele, a situação tende a ficar mais crítica, porque a perspectiva é a de que esses produtos continuem subindo, já que dependem das variações do dólar e da cotação internacional do petróleo. "É um cenário preocupante porque já tivemos muitos aumentos em pouco tempo. Imagine uma pessoa que trabalha com gás de cozinha. Em dezembro (de 2020), ela gastaria em torno de R\$ 300 e agora ela vai gastar R\$ 384. Um acréscimo de R\$ 84 em dois meses. Isso é mais do que um quarto de aumento. Essa pessoa vai ter que repassar esse valor para o cliente e, se o cliente não aceitar, as coisas ficam complicadas", avalia Segundo.

A autônoma Rose Alves, de 48 anos, conhece bem as consequências desses efeitos decorrentes dos aumentos constantes nos preços da gasolina e do gás de cozinha. Nove meses atrás ela havia criado um delivery de coxinhas na cidade de Currais Novos, no Seridó potiguar, para complementar a renda. Com os sucessivos aumentos, ela relata que o negócio ficou inviável e, por isso, decidiu encerrar as atividades na semana passada. "No começo, as vendas eram muito boas. A gente entregava para toda a cidade, mas aí começou essa onda de altas. Nós tentamos segurar os preços para não passar nenhum aumento para o cliente, só que chegamos a um ponto que ficou inviável", lamenta.

Rose diz que, no ano passado, chegou a faturar, em média, R\$ 1,2 mil durante um final de semana, período em que o delivery funcionava (de sexta-feira a domingo). Com o aumento do produto como consequência das altas nos preços da gasolina e do gás de cozinha, ela conta que o faturamento caiu acima de 60% em fevereiro último. "Nós conseguimos boas vendas, principalmente se a gente levar em conta que nossa cidade é bem pequena. Então, vender R\$ 1,2 mil em três dias é muita coisa. Mas, ultimamente, a gente vendia em torno de R\$ 400 ou R\$ 600, no máximo", revela.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2

Título: Altas da gasolina e do GLP consomem 30% do mínimo

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/altas-da-gasolina-e-do-glp-consomem-30-do-ma-nimo/504138>

Insatisfação

Quem não depende do gás de cozinha ou da gasolina para trabalhar diretamente, também reclama. Em Natal, o novo aumento no valor dos combustíveis é motivo de muita insatisfação, conforme relatos de consumidores colhidos pela TRIBUNA DO NORTE, nessa terça-feira (2). "Não concordo com essa alta. A gasolina está caríssima e quem sofre é a população. O aumento pesa no final do mês", diz o motorista de ambulância, Gustavo Francisco, de 50 anos.

Gelson Oliveira, de 60 anos, também critica os novos preços e afirma que tem utilizado menos o carro neste ano por causa das altas despesas.

"Infelizmente, é mais um aumento. Não tem muito o que fazer, a não ser manifestar indignação. Para quem passa o dia inteiro dirigindo, está praticamente inviável. Eu usava o carro todo dia no ano passado, mas agora utilizo pouco", afirma ele.

De acordo com o que foi anunciado pela Petrobras, o preço da gasolina foi reajustado em 4,8%, ou seja, um aumento de R\$ 0,12 por litro. Para o diesel, o reajuste foi de 5%, ou R\$ 0,13 por litro. A TRIBUNA DO NORTE percorreu alguns postos de combustíveis da capital nessa terça-feira e constatou que o reajuste para a gasolina ainda não havia chegado às bombas até o final da tarde. O preço variava entre R\$ 5,49 a R\$ 5,59 na maioria dos postos (a média de preços da semana passada era de R\$ 5,56, segundo a Agência Nacional do Petróleo – ANP). O valor do diesel se mantinha na faixa dos R\$ 4,49 a R\$ 4,59.

SindiPostos

O presidente do SindiPostos/RN, Antônio Sales, não quis se posicionar sobre o novo reajuste para o preço da gasolina e do diesel. "O SindiPostos não se posiciona em relação a reajuste, porque isso é uma política de cada revendedor e de sua relação com a sua distribuidora. O Sindicato não pode intervir por uma questão legal", declara Sales.

Gás de cozinha aumenta pela 3ª vez em 2020

A notícia sobre o terceiro reajuste no preço do gás este ano preocupa o Sindicato dos Revendedores Autorizados de Gás Liquefeito de Petróleo (Singás-RN). Com o novo aumento, o item pode chegar a R\$ 97. O presidente do Singás-RN, Francisco Correia, teme os efeitos da alta no valor final do produto. Segundo ele, após dez aumentos consecutivos em 2020, as empresas revendedoras do Rio Grande do Norte demitiram 1,2 mil funcionários, entre os meses de janeiro e dezembro do ano passado.

"Em 31 de dezembro de 2020, nós tínhamos 820 empresas que revendiam gás no RN e que geravam emprego para 14 mil pessoas. O total de demissões nessas empresas ficou em 1,2 mil, por causa dos aumentos no preço do gás. A população está consumindo menos e aí, as empresas precisam se reestruturar para a nova realidade. Infelizmente, houve essas demissões e com a continuidade dos aumentos em 2021, o Sindicato teme mais dispensas", alerta Francisco Correia.

Ele lembra que os sucessivos aumentos estão relacionados à política da Petrobras e que, mesmo com a redução de impostos (federais ou estaduais), a tendência é que os preços continuem subindo, por causa da política de dolarização adotada pela empresa.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 03/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Efeito Bolsonaro nos mercados faz risco país disparar e pressiona dólar Impacto: Neutro

B1 | QUARTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

QUALIDADE E RESPONSABILIDADE
• LIMPEZA • RECEPÇÃO • PORTARIA
DESCONTOS ESPECIAIS
rsterceirizacao.com.br
TEL.: 11 3803-8853
RS SERVIÇOS
RSservicosterceirizados @oficialrserveicos RS SERVIÇOS

Impacto. Após interferência do presidente da República na troca de comando da Petrobrás, o CDS, que mede o risco para se investir no Brasil, subiu 22,3%; o dólar, a despeito de diversas intervenções do Banco Central, passou de R\$ 5,44, há duas semanas, para R\$5,67

Efeito Bolsonaro nos mercados faz risco país disparar e pressiona dólar

Douglas Gavras

A relação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) com o mercado financeiro, que ajudou a elegê-lo em 2018, parece ter azedado de vez desde que o mandatário interveio na Petrobrás, na tentativa de conter a alta de preços de combustíveis e acenar positivamente para os caminhoneiros, parte importante da sua base eleitoral.

Analistas ouvidos pelo Estadão ainda tentam mensurar os efeitos no mercado das intervenções recentes do presidente, e estudam até que ponto o

“efeito Bolsonaro” pesará no mercado. Nos dias que antecederam a canetada do presidente no comando da Petrobrás, a Bolsa brasileira estava acima dos 119 mil pontos. Apesar de uma alta de 1,09% ontem, o Ibovespa, principal índice da Bolsa, lutou para se manter no patamar atual de 111 mil pontos.

Antes da intervenção, o dólar estava em R\$ 5,44. Ontem, a moeda fechou a R\$ 5,67, após dois leilões do Banco Central. Em fevereiro, estrangeiros retiraram R\$ 6,783 bilhões da B3, o primeiro mês desde setembro de 2020 com fuga de capital.

Desde a mudança forçada do

presidente da Petrobrás até agora, o risco país medido pelo Credit Default Swap (CDS) de cinco anos subiu 22,3%. Enquanto isso, a curva de juros futuros de cinco anos subiu quase um ponto porcentual desde janeiro, para a casa dos 8% ao ano.

Para Alexandre Schwartzman, consultor e ex-diretor do Banco Central, o mercado até agora parecia acreditar em “poderes mágicos” do ministro da Economia, Paulo Guedes. “Essas pessoas não são ingênuas, mas havia uma crença de que Bolsonaro não teria alternativa. Só que já havia um conflito potencial entre as agendas dos

● **Nas alturas**
R\$ 5,67
foi a cotação do dólar ontem; moeda acumula alta de 4,2% desde intervenção na Petrobrás

dois e a pandemia acirrou isso. A intervenção na Petrobrás foi um tapa na cara do mercado.”

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, é difícil que os investidores recuperem a confiança que tinham depositado no presidente em 2018, muito por causa da escolha de Paulo Guedes para o Mi-

nistério da Economia. “A desconfiança não se dá só pelo que o presidente fez na Petrobrás, mas pelo que vem pela frente: novas altas de combustíveis, pressão na energia elétrica.”

Vale ressalta que esse cenário tende a fazer com que o presidente continue impaciente e disposto a intervir. “A popularidade dele ainda está baixa, a pandemia continua forte. Ele ficará tentado buscar soluções mágicas – e não vai achá-las.”

“O governo está em uma encruzilhada”, resume o economista-chefe da Necton, Andre Perfeito. Ele explica que, ao mesmo tempo que Guedes

propõe ajustes de longo prazo, Bolsonaro diz que os problemas no curto prazo estão mordendo o calcanhar do governo. “Várias coisas acontecem no curto prazo: preço dos combustíveis, o novo auxílio emergencial. E talvez não haja mais tempo para ajustes antes de 2022.”

O economista avalia que o governo tem dado tantos sinais trocados de mudança de rota, com medidas que o aproximam do populismo, que os efeitos são sentidos no aumento da desconfiança. “Há um mal-estar na Bolsa. O nível de tensão está alto.” / COLABORARAM ALTAMIRO SILVA JÚNIOR E DENISE ABARCA

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Telefônica fecha parceria para montar rede de fibra **Impacto:** Neutro

B2 | Economia | QUARTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna da
broadcast

Telefônica fecha parceria para montar rede de fibra

A Telefônica (dona da Vivo) está dando largada à era das construtoras de redes neutras de fibra ótica, segmento que vai crescer a passos largos nos próximos anos e no qual as subsidiárias de Oi e TIM ingressarão em breve. O grupo espanhol fechou parceria com o fundo de pensão canadense CPDQ para lançar a Fibrasil, que proverá infraestrutura de conexões de banda larga no atacado, para quaisquer operadoras no País (por isso chamada de "rede neutra"). Havia cinco ofertas firmes na mesa, mas a Telefônica ficou com o CPDQ pela maior capacidade de investimento do fundo e pelo seu viés de retorno no longo prazo. O CPDQ ficará com 50% e os outros 50% serão divididos entre a Telefônica Brasil e a Telefônica Infraestrutura, braço do grupo para o ramo de redes.



» **Estratégia.** Ao contrário de Oi e TIM, que planejam criar empresas de fibras nas quais os sócios financeiros terão participação majoritária, a Telefônica optou por uma divisão meio a meio para ter o controle compartilhado da Fibrasil. Nesse caso, cada sócio terá quatro dos oito assentos no conselho de administração, enquanto o CEO será escolhido por headhunters.

» **Dinheiro na mesa.** O Fundo de Previdência e Investimentos de Québec (CPDQ, na sigla em francês) tem cerca de US\$ 300 bilhões em recursos sob gestão ao redor do mundo. Aqui, terá o compromisso de investir R\$ 1,8 bilhão na construção das redes nos próximos dez anos. Já a Telefônica vai ceder à nova empresa parte de sua rede, com cobertura de 1,6 milhão de residências. Além disso, a operadora será a primeira cliente da Fibrasil, passando a "alugar" essas redes.

» **Alvo.** Até o fim de 2024, a meta é chegar a 5,5 milhões de casas em todas as regiões do País, com exceção de São Paulo, onde a operadora atua por meio de concessão. Com as redes instaladas, a previsão é de adesão de 30% dos clientes ao lon-

go de dois a três anos, o que representa um potencial de 1,65 milhão de assinantes ao fim desse ciclo.

» **Alerta.** A condução da crise sanitária e econômica pelo governo federal começou a despertar insatisfação em parte dos empresários da construção, uma das bases mais fiéis à atual gestão. Pela primeira vez desde a eleição de Jair Bolsonaro, há mais de dois anos, o descontentamento no setor já é falado abertamente nos bastidores. Não se trata de um "desembarque" do empresário da atual gestão, mas sim de um sinal de alerta ligado.

» **Dissonante.** O presidente de um dos maiores sindicatos de empresas de construção disse, sob condição de anonimato, haver um clima de incerteza sobre os rumos do País que desestimula novos empreendimentos imobiliários. "Nunca vi uma empresa quebrar por não fazer obras. Mas já vi muitas quebrarem quando as obras não dão certo. Na dúvida, muitos acham melhor segurar os lançamentos", afirma ele, que destaca a demora no programa federal de vacinação como motivo de apreensão. "A vacinação é a chave para a recuperação da economia."

E-MAIL: COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM
TWITTER: @COLUNABROADCAST



» **Reforço.** O PicPay, que se prepara para abrir capital em 2021, contratou Adriano Navarini, até ontem responsável pelo SafraPay, negócio de pagamentos do Banco Safra. Sem tempo a perder, ele começa amanhã no PicPay, como diretor sênior de Pessoa Jurídica e Aceitação, e terá como missão melhorar o relacionamento com os cerca de 5 milhões de estabelecimentos comerciais credenciados, ampliar a base de clientes pessoas jurídicas e de parcerias com empresas de maquininhas.

» **Canja de galinha.** A demanda por crédito entre as pequenas e micro empresas (PMEs) caiu 4,3% no ano passado em relação a 2019, de acordo com levantamento do Serasa Experian. Para o economista Luiz Rabi, o número reflete a insegurança dos empreendedores em tomar novas dívidas, bem como cautela frente à falta de clareza sobre as reformas administrativas e tributárias.

» **Novo rumo.** A C&A deve abrir 25 novas lojas em 2021, com prioridade em cidades menores e lojas de rua. O vice-presidente de operações da C&A Brasil, Fernando Brossi, diz que a pandemia acelerou as vendas digitais nos grandes centros. Logo, para vender mais em lojas físicas, as cidades com 100 mil a 500 mil habitantes têm mais apelo, além de passarem a funcionar como estoque para vendas digitais locais.



» **Santo de casa.** Ao mesmo tempo que aposta em estratégias de marketing no Big Brother Brasil, a C&A procura "garotas propaganda" digitais com a cara das cidades nas quais pretende abrir lojas.

CIRCE BONATELLI, ANDRÉ ÍTALO ROCHA,
TALITA NASCIMENTO E CYNTHIA
DECLAUDT

Artigo

Desafios além do cartel

96
ALEXANDRE
CORDEIRO MACEDO

Os cartéis são o mais célebre exemplo de infração contra a ordem econômica e, por muitos, considerada também a mais gravosa. No Brasil, essa prática é considerada um crime e, não por acaso, para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) seu combate deve ser prioridade das autoridades de defesa da concorrência. Consequência disso é que entre 2015 e 2020 foram julgados pelo Comitê Administrativo de Defesa Econômica (Cade) 100 processos administrativos tratando de cartéis ante apenas 28 referentes a condutas unilaterais. Nesse cenário, em que todas as atenções se voltam ao cartel, uma pergunta parece importante: com o que mais devemos nos preocupar na defesa da concorrência?

Nas últimas semanas, um caso tem chamado a atenção no meio econômico: as investigações sobre práticas anticompetitivas do Google. Além do Brasil, Estados Unidos, Austrália, França e outros países já investigam as condutas do buscador, com a possibilidade de aplicação de pesadas sanções ao gigante digital. O caso é um desafio para a defesa da concorrência, já que esbarra em temas como abuso de posição dominante, direitos autorais, privacidade e liberdade de expressão. Esse, que parece, se não o desafio do século, certamente o desafio da década, não é um cartel e parece um indicativo de mudança do eixo de preocupação para o campo das chamadas condutas unilaterais.

Exemplos não faltam: cláusulas de exclusividade, programas de desconto, fixação de preço de revenda, recusa de contratar e discriminação de preços são apenas alguns dos nomes nesse rol aberto e sempre incrementado pelo galopante criatividade dos agentes econômicos nas estratégias para evitar os custos inerentes à concorrência. Essas condutas permaneceram fora do foco de atenção das autoridades por uma razão simples: elas nem sempre resultam em prejuízos à livre concorrência e, por serem eventualmente benéficas, exigem um padrão de análise diferente.

A possibilidade de eficiências, no entanto, não pode ser sinônimo de carta branca. Condutas unilaterais podem ser extremamente danosas para a economia. Além do caso Google, um bom exemplo foi a condenação do Facebook na Alemanha, pelo uso indevido de dados coletados em outros aplicativos, como o WhatsApp. No Brasil, foi uma investigação de conduta unilateral que resultou na celebração de Termos de Cessação de Conduta, em que a Petrobrás se comprometeu a abrir o mercado brasileiro de gás natural.

Isso não quer dizer, ressaltar-se, que os cartéis deixaram de ser uma preocupação ou que estejam diante de um relaxamento em sua repressão. Longe disso: em 2020, houve 13 condenações de cartel no Cade, que arrecadaram mais de R\$ 129 milhões em multas para os cofres públicos. Em 2021, das três condenações decididas pelo Conselho, duas são referentes a cartéis. Além disso,

Combater somente os cartéis não é suficiente para garantir a livre concorrência

esse ilícito também tem sido objeto de novas investigações, como o Inquérito aberto pelo Cade no setor de combustíveis. Há também ações educativas da autoridade, caso do workshop realizado há pouco em parceria com a OCDE e direcionado a servidores públicos de todas as esferas de governo em que se abordou a promoção de competitividade em compras públicas.

Sem deixar de lado o combate a cartéis, atividade na qual o empenho da autoridade brasileira de defesa da concorrência já é reconhecido internacionalmente, parece ser a hora de enfrentar outros desafios. Retornando à pergunta que abriu esse texto, há muito com o que se preocupar na defesa da concorrência, além dos acordos entre concorrentes, e se é verdade que a justiça que tarda, falha, é mais que hora de aprofundar o combate a outros tipos de infração.

* SUPERINTENDENTE GERAL DO CADE

Editorial Econômico

Concessão de crédito diminui no início do ano



O mês de janeiro registrou queda no volume de crédito novo concedido pelo sistema financeiro para empresas e para as famílias. No primeiro mês do ano, as concessões somaram R\$ 289,1 bilhões, 27,7% menos do que o valor

contabilizado pelo Banco Central (BC) em dezembro de 2020 (R\$ 399,7 bilhões) e 10,4% abaixo do volume de um ano antes (R\$ 322,5 bilhões). É a primeira redução desde junho de 2020, quando o volume de crédito novo voltou a aumentar depois do forte encolhimento provocado pela pandemia nos meses anteriores.

De acordo com as estatísticas monetárias e de crédito do BC, em janeiro, na série com ajuste sazonal, houve aumento mensal de 1,9% nas concessões totais de crédito, basicamente por causa do crescimento das concessões para as empresas, de 3,5%. Já o crédito para as famílias diminuiu 1,2% na comparação com dezembro.

No segmento de crédito livre, isto é, não sujeito a limites definidos pelo Banco Central, as concessões caíram ainda mais em janeiro, na comparação com dezembro. A redução foi de 24,5%, sendo 18,7% para as pessoas físicas e 30,7% para as jurídicas. Em 12 meses até janeiro, a redução do crédito livre para pessoas físicas foi de 4,3%; no caso das jurídicas, houve aumento de 2,3%.

Na avaliação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a redução do crédito para as famílias "pode estar associada ao encerramento dos programas emergenciais de crédito adotados no ano passado para amortecer a crise econômica da covid-19". O Iedi calcula que, em valores reais, o total de crédito livre em janeiro é o mais baixo desde maio do ano passado.

Em movimento contrário ao descrito pelo volume de crédito, que baixou, o juro médio no segmento de crédito livre passou de 25,5% em dezembro para 28,4% ao ano em janeiro.

Para as pessoas físicas, subiu de 37,2% para 39,4%; para as jurídicas, de 11,7% para 15,2% ao ano. Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa física, os juros do cheque especial passaram de 115,6% para 119,6%; no crédito pessoal, de 30,3% para 32,9%.

O juro do crédito rotativo do cartão de crédito, o mais alto do mercado, subiu de 327,8% para 329,3% ao ano. Para tentar reduzir essa taxa, em 2017 o BC obrigou os bancos a transferir a dívida do rotativo do cartão para o crédito parcelado, a juros mais baixos.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: 'Alta de taxa é por 6 meses, disse Guedes' **Impacto:** Neutro

ENTREVISTA

Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban)

'Alta de taxa é por 6 meses, disse Guedes'

Executivo afirma que ministro pediu 'sacrifício', mas Febraban prevê que aumento da CSLL vai ampliar custo do crédito

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, diz que foi acordado ontem com um telefonema do ministro da Economia,

Paulo Guedes, às sete da manhã. Segundo o chefe da instituição que representa os bancos do País, Guedes pediu mais uma "cota de sacrifício", que é pagar um imposto maior durante seis meses para compensar a perda na arrecadação provocada pela isenção da tributação sobre o diesel e gás de cozinha dada pelo presidente Jair Bolsonaro. Sidney diz que entendeu o pedido, mas avisa: o sacrifício tem de ser tempo-

rário e vai ter consequência no encarecimento do crédito para pessoas e empresas no momento de retomada da economia. "É possível antever esse aumento de custo no spread bancário", diz ele ao Estadão. O spread é a diferença entre o que os bancos pagam para captar e o que eles cobram dos clientes. Aumentar o spread significa que os financiamentos e empréstimos terão um custo maior. Leia a seguir os

principais trechos da entrevista:

● **Os bancos ficaram surpresos com o aumento do imposto?**
Aumento de tributo é sempre uma surpresa negativa e indesejada. Não sabíamos e não esperávamos.

● **A entidade vê risco de a alta permanecer por mais tempo ou até mesmo se perpetuar?**

Logo cedo, por volta das sete horas da manhã de hoje (ontem), o ministro Paulo Guedes me ligou dizendo que se tratava de uma medida estritamente de caráter temporário, mas necessária e que, neste momento, ainda muito crítico, seria mais uma cota de sacrifício. Considerei a iniciativa da ligação do ministro como um importante gesto de deferência ao setor. Ponderei a ele sobre os inconvenientes de mais um aumento de carga tributária, que, neste caso, não alcança apenas os bancos, mas todas as instituições financeiras, inclusive as cooperativas de crédito. Diante do compromisso dele de que o aumento terá vigência por apenas seis meses, confiamos que o Congresso venha referendar o texto da própria medida provisória, que expressamente prevê a nova alíquota vigorando até 31 de dezembro.

● **Foi uma retaliação do presidente Bolsonaro ao mercado financeiro e do ministro Paulo Guedes, que já criticou a entidade?**

As razões que motivaram o aumento da CSLL, repito, não apenas para os bancos, estão expressas no texto da medida provisória e foram reafirmadas a mim pelo ministro Paulo Guedes como medida estritamente de caráter temporário,



Surpresa. Para Sidney, alta de tributo sempre é indesejada

mas necessária.

● **Qual é o impacto do aumento de 20% para 25% da alíquota da CSLL?**

Ainda estamos avaliando o impacto da medida, mas levantamento preliminar aponta para algo próximo a R\$ 2,1 bilhões no período de vigência da norma. No ano passado, a arrecadação com CSLL foi de R\$ 92,7 bilhões. Desse total, R\$ 14,2 bilhões foram pagos por entidades financeiras, incluindo bancos e outras instituições do setor. A diferença, ou seja, R\$ 78,5 bilhões de CSLL foram pagos pelas demais empresas que são tributadas com alíquota de 9%. Estima-se que um aumento em 5 pontos percentuais da alíquota para o setor financeiro como um todo produza uma arrecadação adicional de R\$ 4,2 bilhões com a CSLL em 2021, ou de R\$ 2,1 bilhões para o período de vigência da nova alíquota. Daí é possível antever esse aumento de custo no spread bancário (diferença

entre o custo de captação do banco e o que ele cobra do cliente).

● **De que forma vai afetar no encarecimento do crédito?**

Qualquer aumento de imposto tem impactos sobre o seu custo final, tanto para o consumidor do bem quanto para o tomador do serviço. Não seria diferente para o custo do crédito. Propostas que aumentam a carga tributária do setor bancário não atingem apenas os bancos. Prejudicam a economia brasileira como um todo, especialmente o tomador de crédito. Isso num momento ainda crítico em que a economia precisa continuar sendo irrigada com crédito, como o total de R\$ 3,5 trilhões que o setor bancário concedeu para as empresas e famílias em 2020. Os bancos já pagam uma alíquota maior de CSLL em relação aos demais setores. Eram tributados em 20%, agora em 25%, enquanto as empresas em geral pagam 9%.

NÃO FIQUE DE FORA DA MAIOR PREMIAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO NACIONAL



Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 03/03/21 - Cidade/UF: DF
Título: Bolsonaro repete Dilma na economia Impacto: Neutro

Bolsonaro repete Dilma na economia

Intervenção em estatais e corte de impostos são medidas adotadas pelos dois governos

Adriana Fernandes
Anne Warth / E&S/MLA

O presidente Jair Bolsonaro repete passos da ex-presidente Dilma Rousseff na economia, principalmente na intervenção nas empresas estatais, e vem gerando a sensação de uma volta ao passado de políticas econômicas. As recentes intervenções provocaram queda na Bolsa e alta do dólar e inundaram a internet de memes misturando os dois nomes referência a "Bolsodilma".

Diferente da política, uma vez que o direito de defender o regime militar e a outra, de esquerda, foi preso pela ditadura, Bolsonaro e Dilma se aproximam na tentativa de responder a problemas econômicos. Bolsonaro trocou o comando da Petrobrás e a ameaça demitir o presidente do Banco do Brasil, que colocou a agenda de redução. Ainda prometeu "meter o dedo" na energia elétrica, mas não explicou como, e zerou esta semana os impostos sobre diesel e gás de cozinha.

Dilma cortou a conta de luz nas canteiras e o que acabou promovendo desequilíbrio no mercado, que resultou num tarifaço depois -, e decidiu desmonetar de uma única tacada todos os produtos da cesta básica, medida que acabou beneficiando também produtos de luxo.

Com Bolsonaro, o governo voltou a criar uma estatal, a Nave (de navegação aérea), o que não aconteceu desde o governo Dilma. E o governo tem adotado medidas que caminham na direção contrária à agenda de privatização defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Eleito por uma aliança que incluiu evangélicos, militares, conservadores de armas, católicos e apoiadores de uma economia liberal, o presidente se equilibra entre demandas que dividem a própria base. Paradoxalmente, em algumas dessas disputas, o resultado final acabou se aproximando de políticas do PT.

O episódio da Petrobrás, que gerou perdas no mercado e colocou em xeque de forma mais contundente o politên liberal de Guedes, acabou levando à pergunta: afinal, Bolsonaro repete os passos da ex-presidente Dilma?

Para a oposição, no campo democrático qualquer comparação é definida como uma afronta. A única aproximação possível de se apontar é que ambos mantêm preocupações de que nem tudo seja como o mercado financeiro quer. Não por acaso, o presidente deu a sua resposta antes de se aproximar de políticas do PT.

O episódio da Petrobrás, que gerou perdas no mercado e colocou em xeque de forma mais contundente o politên liberal de Guedes, acabou levando à pergunta: afinal, Bolsonaro repete os passos da ex-presidente Dilma?

Para a oposição, no campo democrático qualquer comparação é definida como uma afronta. A única aproximação possível de se apontar é que ambos mantêm preocupações de que nem tudo seja como o mercado financeiro quer. Não por acaso, o presidente deu a sua resposta antes de se aproximar de políticas do PT.

Contra a maré, Bolsonaro criou estatal de navegação aérea



LEILÃO IMPERDÍVEL
24 IMÓVEIS, SOMENTE ONLINE, 26/03/2021 - 11h
APARTAMENTOS, CASAS, TERRENOS, SALAS E IMÓVEIS COMERCIAIS
SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, FLORIANÓPOLIS
E EM OUTRAS CIDADES NOS ESTADOS DE SP, RJ, MG, BA, GO, PR, DF, RS, SC, MT, MS, CE, PA, RO e RR.
ENVIE AGORA SEU LANCE: WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Guedes diz que vai embora se fizer algo errado
Lorena Rodrigues / BRASILIA

Depois de o presidente Jair Bolsonaro determinar a troca do presidente da Petrobrás, o que abriu questionamentos sobre a permanência do ministro da Economia, Paulo Guedes, no governo, o ministro disse que só vai embora se alguém mostrar "que estou fazendo algo muito errado".

"Tenho noção de compromisso enquanto puder sentir o gozar da confiança do presidente. Se o presidente não confiar em meu trabalho, sou demissível em 30 segundos. Se eu estiver conseguindo ajudar o Brasil, fazendo as coisas que acredito, devo continuar. Ofensa não me afeta, não o medo, o combate, o evento, a chuva", afirmou o ministro.

Guedes gravou na última sexta-feira podcast com o youtuber Thiago Nogueira, do canal Primo Rico, que foi ao ar no início da manhã de ontem. Ele disse ter uma missão e se sentir responsável por esse desafio. "Consigo ter uma comunicação boa com o presidente de um lado e com a centro-direita de outro. Como no fim da vida se perde a confiança do presidente e termina o caminho errado. Se tiver de empurrar o Brasil para o caminho errado, prefiro sair. Isso não aconteceu, tenho recebido apoio do presidente e do Congresso para ir na direção certa", assegurou.

O economista da Ibmec avalia que Bolsonaro e Dilma se aproximam no perfil "voluntarista" de querer fazer as coisas. Antes do diesel, Bolsonaro já se incomodou com o dólar alto, preço do arroz e de outros produtos e reduziu a taxa de importação de bicicletas e de armas, com perda de arrecadação. Tentou também favorecer a tributação das igrejas para agradar a oposição e a desoneração de impostos de combustíveis com compensação, uma exceção da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No episódio da Petrobrás, até um ex-membro importante do governo Bolsonaro viu semelhanças com as práticas petistas. Para Paulo Uffel, ex-secretário de Desburocratização do gabinete de Guedes, as críticas à política de preços da estatal e à mudança do comando vão na direção oposta ao discurso de campanha. "Isso é uma mudança que vai contra o que foi aprovado nas urnas e aproxima Bolsonaro de práticas que o PT fiscal", disse, em entrevista recente ao Estadão.

Ex-secretário do Tesouro Nacional no governo Lula, o economista Carlos Kowall diz que a interferência na Petrobrás guarda

semelhança com episódios de Dilma e presidentes anteriores, mas ele ainda não vê a política de Guedes como comprometida. "Onde não houve uma 'filiação' foi na questão fiscal", afirma Kowall, que defende a aprovação dos gatilhos na PEC que autoriza a retomada do auxílio. Segundo ele, após a intervenção desastrosa na Petrobrás, o governo fez a "mesa culpa" enviando ao Congresso a MP de capitalização da Eletrobrás e o projeto que abre caminho para a privatização dos Correios.



Liberal. Bolsonaro pós em xeque política de Guedes

Problemas estruturais. Para o presidente do banco Fator, Gabriel Galipoli, é preciso neste momento resistir a fazer um conceito de análise de personalidades, porque essa sensação de volta ao passado demonstra que há problemas estruturais da sociedade que demandam soluções, independentemente da personalidade de plano. Na avaliação dele, existe uma tensão latente observada entre aquilo que depende de uma política econômica defende e o histórico do presidente. "O mercado financeiro tenta apresentar uma narrativa de que existe uma maneira certa e outra errada. Mas a verdade é que existem dois lados nessa moeda". "Ambos os governos não se aproximam e não são comparáveis. O governo Bolsonaro não se compara a nenhum governo desde 1995, pois é um governo sem nenhuma agenda", critica o professor de Universidade Federal do ABC Fábio Terra. Em postagem no Twitter, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, defende a política adotada nos governos petistas e diz que a Petrobrás nunca teve prejuízo com a política de preços adotada por Lula e Dilma, que garantiam combustíveis baratos. Ajuste no setor elétrico. No setor elétrico, o governo Bolsonaro tenta desfazer uma política criada no gestão Dilma. Em 2012, via reduziu as cotas de luz em 50% com a Medida Provisória 579, por meio da qual as concessões de geração e transmissão foram renovadas de forma antecipada em troca de receitas mais baixas. A proposta atingiu o objetivo e gerou prejuízo da Eletrobrás. A MP mudou o regime de contrato de energia de suas usinas, antes por preços livres, para o modelo de cotas, que cobrem apenas custos de operação e manutenção. Como nem todas as empresas aceitaram essas condições, para manter a promessa, a União teve de fazer aportes bilionários para manter as tarifas baixas nos anos seguintes. Em 2015, no entanto, esses repasses foram encerrados. Esse fator, com uma seca severa que reduziu a geração das hidrelétricas por vários anos, gerou um tarifaço de 50%. Agora, com a MP de privatização da Eletrobrás, o governo quer justamente "descoitar" essa energia e retornar a prática de preços livres, numa forma de atrair investidores para capitalizar a companhia.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 03/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Se PEC for aprovada, 14 Estados já podem congelar salários de servidor Impacto: Neutro



Votação. Senado deve votar hoje Proposta de Emenda à Constituição que retoma o pagamento do auxílio emergencial por causa da pandemia

Se PEC for aprovada, 14 Estados já podem congelar salário de servidor

Possibilidade está prevista no texto que cria uma nova rodada do auxílio emergencial para os mais vulneráveis

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

Números do Tesouro Nacional apontam que 14 Estados teriam condições fiscais para decretar estado de emergência fiscal e acionar medidas de controle de gastos, os chamados gatilhos, como o congelamento dos salários dos servidores.

Essa possibilidade está prevista na Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que prevê uma nova rodada do auxílio emergencial para os mais vulneráveis, prevista para ser votada hoje no Senado, e faz parte do coração de contrapartidas que a equipe eco-

nômica quer manter no texto.

Pela proposta, as medidas de ajuste seriam acionadas sempre que as despesas obrigatórias primárias (ou seja, sem contar os juros da dívida) excedessem 95% das receitas correntes.

Boletim dos entes subnacionais de 2020, com dados de 2019, aponta Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins com nível acima de 95% de despesas. Minas Gerais, por exemplo, o valor estava em 105,2%.

O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, diz que os dados de 2019 mostram uma realidade mais fidedigna porque em 2020 os Estados receberam uma injeção de transferências do governo adicional por causa da pandemia da covid-19 que não tende a

se repetir. Ou seja, a métrica da PEC vai ser a do bimestre que o Estado decretar emergência fiscal. A trava de 95% para acionamento dos gatilhos é apurada em um período de 12 meses.

Os gatilhos são praticamente os mesmos já previstos no texto de gastos, regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação, sendo reforçados pela proibição de aumento no valor de benefícios indenizatórios e vedação de progressão ou promoção de carreira que impliquem em aumento de gasto. Não poderá ser ampliado gasto com pessoal, seja via reajustes ou criação de vantagens e auxílios, seja via contratação ou alteração de estrutura de carreira. O acionamento é facultativo, mas não há necessidade de autorização do Legislativo.

Caso a despesa corrente ultrapasse 85% da receita corrente, também haverá a opção de acio-

namento dos gatilhos, mas nesse caso é necessária a aprovação do Poder Legislativo local.

Notas. O patamar de 95% é utilizado pelo Tesouro para dar a nota aos Estados e municípios. Essa nota define quem tem ou não acesso a empréstimos com garantia da União (se o Estado dá calote, o governo federal cobre).

Na União, o secretário estima que o patamar de 95% de despesas seria atingido entre 2024 e 2025. "Ficou faltando (na legislação) a parte perene e olhar para o bom funcionamento da regra fiscal para o futuro e é isso que a PEC está fazendo", diz o secretário. Segundo ele, a proposta traz uma boa previsibilidade das despesas para trazer mais credibilidade e confiança de que vai ter um correto funcionamento do teto de gastos.

Para a especialista em contas públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Vilma Pinto, é um erro deixar na PEC a palavra "poderão" para o acionamento dos gatilhos, deixando facultativo aos governadores. "Não vai ter tanta efetividade se não colo-

car isso como uma regra fiscal impositiva. Fica a critério de cada Estado e município. Não tem como avaliar a efetividade", diz. Segundo ela, a medida é válida porque, observando as despesas correntes e as receitas correntes, não têm muita flutuação por efeitos atípicos como investimento. Vilma destaca que a tabela do Tesouro representa uma média ponderada dos três últimos anos. "É bom porque traz uma perspectiva intertemporal porque em 2020 teve muito recurso extraordinário", diz Vilma, que acompanha em detalhes as contas dos Estados e municípios.

Sem efetividade
"Não vai ter tanta efetividade (deixar na mão dos governadores o acionamento dos gatilhos) se não colocar isso como regra fiscal impositiva. Fica a critério de cada Estado e município. Não tem como avaliar a efetividade."

Vilma Pinto
ESPECIALISTA EM CONTAS PÚBLICAS

car isso como uma regra fiscal impositiva. Fica a critério de cada Estado e município. Não tem como avaliar a efetividade", diz.

Segundo ela, a medida é válida porque, observando as despesas correntes e as receitas correntes, não têm muita flutuação por efeitos atípicos como investimento. Vilma destaca que a tabela do Tesouro representa uma média ponderada dos três últimos anos. "É bom porque traz uma perspectiva intertemporal porque em 2020 teve muito recurso extraordinário", diz Vilma, que acompanha em detalhes as contas dos Estados e municípios.

Governo prepara nova rodada de corte de salários e jornada

Por dois meses, redução salarial seria bancada pela União, outros meses seriam antecipação do seguro-desemprego

BRASÍLIA

O governo quer permitir um novo período de até quatro meses de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato de tra-

balhadores para evitar alta no desemprego em meio às medidas restritivas contra a covid-19, mas o pagamento do benefício que compensa a perda salarial deve ter um desenho distinto, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. A intenção é garantir dois meses do BEM, pago pelo governo, e outros dois meses seriam de antecipação do seguro-desemprego a que teria direito se demitido.

O novo modelo ainda está

sendo fechado pelos técnicos, que também buscam uma fonte de financiamento para a parte do BEM que será bancada pelo governo. Há discussões internas no sentido de empregar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que hoje já banca o abono salarial e o próprio seguro-desemprego. O principal desafio, porém, é que esse fundo já gasta mais do que arrecada e precisa de aportes do Tesouro Nacional para operar.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, o novo desenho do Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda deve manter os mesmos percentuais de redução de jornada e salário (25%, 50% e 70%), além da suspensão de contrato. Amudança mais substancial deve ser mesmo a forma de paga-

mento do benefício.

Após os meses do acordo, o trabalhador tem por igual período (até quatro meses) uma estabilidade temporária, em que ele até pode ser demitido, mas recebe uma indenização adicional por isso. Em caso de dispensa, ele continua a receber o seguro-desemprego, embora o número final de parcelas fique reduzido pela antecipação.

Em seu formato original, o seguro-desemprego paga de 3 a 5 prestações, a depender de há quanto tempo o trabalhador está na ativa. E daí que serão descontadas as parcelas antecipadas por meio do programa emergencial. Na prática, segundo uma fonte ouvida pela reportagem, o trabalhador que fizer o acordo poderá ter ainda entre uma e três parcelas.

Nas estimativas do governo, contabilizados os quatro meses de acordo, os quatro meses de garantia provisória e o período do seguro-desemprego normal, o trabalhador poderá ter uma "proteção" de 9 meses a 11 meses.

Segundo apurou a reportagem, mesmo na fase de antecipação do seguro-desemprego, o trabalhador deve receber apenas a fatia correspondente ao seu acordo (ou seja, 25% do se-

Proteção ao trabalhador
Contabilizados os quatro meses de acordo, os quatro meses de garantia provisória e seguro-desemprego normal, o trabalhador poderá ter uma "proteção" de 9 meses a 11 meses.

Líderes querem Bolsa Família fora do teto

BRASÍLIA

Líderes do Senado decidiram patrocinar uma proposta para tirar os recursos do Bolsa Família do teto de gastos neste ano, conforme fontes ouvidas pelo *Estadão/Broadcast*. A sugestão, a ser incluída na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que autoriza o pagamento de uma nova rodada do auxílio emergencial, surgiu depois que o líder do Cidadania, Alessandro Vieira (SE), propôs tirar o programa Bolsa Família da proibição de aumento das despesas obrigatórias em caso de acionamento das contrapartidas previstas na proposta.

Os senadores pegaram carona na ideia e concordaram em ampliar a sugestão para tirar o Bolsa Família do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Com isso, o orçamento do Bolsa Família neste ano, previsto em R\$ 34,9 bilhões no projeto de Lei Orçamentária Anual, pode ficar fora do teto, dando vazão para o crescimento de gastos no ano. O valor do Bolsa Família ainda pode aumentar durante a discussão do Orçamento no Congresso, que prevê votar a proposta até dia 24.

Uma alternativa em discussão é aumentar o Orçamento e tirar a quantia adicional do teto. A ideia tem apoio de lideranças do governo.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), confirmou a sugestão. Ele disse que a negociação com os líderes permite apoiar para votar a PEC sem faticamento, ou seja, autorizando uma nova rodada do auxílio criando gatilhos para contenção de despesas no futuro. O assunto será discutido amanhã.

De acordo com Bezerra, haverá um limite para o crédito extraordinário, mecanismo que deve criar a despesa para o novo auxílio. "Os líderes concordam em ter um limite para os gastos extraordinários. Portanto, não haverá cheque em branco. Os líderes apoiaram a sugestão do Cidadania de excepcionalizar as despesas com o Bolsa Família.", DANIEL WETERMAN, A.F. 61.T.

guro em caso de redução da jornada nessa proporção, ou 50%, ou 70%, ou 100% na suspensão de contrato). O saldo restante dessas antecipações seriam pagos depois, em caso de demissão do funcionário.

Caso a duração do acordo seja menor que quatro meses, a ordem do pagamento é a mesma. Ou seja, caso as reduções valham apenas por dois meses, apenas o benefício a cargo do governo será pago.

O governo ainda pretende estabelecer regras para prever quando um trabalhador que faça o acordo e permaneça com vínculo formal retomará o direito a obter todas as parcelas do seguro-desemprego, a despeito da "antecipação" durante a pandemia. Esses detalhes ainda estão sendo definidos. /LT.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: 'Futuro do mercado financeiro é a jornada digital' **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

QUARTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2021 | Economia | B7

Negócios

Sustentabilidade
Agenda ESG ajuda a
atrair jovens talentos,
diz pesquisa. Pág. B8

ENTREVISTA

Renato Ejnisman, presidente do banco digital Next

'Futuro do mercado financeiro é a jornada digital'

Concorrência vai além de bancos e fintechs, incluindo também varejistas e gigantes da tecnologia, diz executivo

Fernanda Guimarães

Atuando há 14 anos no Bradesco, o executivo Renato Ejnisman ganhou uma nova missão no conglomerado. O executivo se tornou o primeiro presidente do banco digital, o Next, que desde o ano passado se tornou uma instituição segregada da marca "mãe". Ele chega com a missão de acelerar o crescimento e o ganho de escala da operação, com a meta de levá-la à rentabilidade. Com 4 milhões de clientes atualmente, o Next tem a arrojada meta de encerrar 2021 com 7 milhões de correntistas.

Aposta do Bradesco para fazer parte do movimento acelerado de digitalização no mundo financeiro, movimento que

tem feito fintechs como Nubank crescerem rapidamente, o Next ganha agora mais agilidade para a tomada de decisão – algo importante para empresas com os dois pés em tecnologia. "O Next não é ponta da lança para competir com as fintechs. O que eu vejo é uma visão de que o futuro do mercado financeiro passa pela digitalização e fizemos uma aposta de criar uma empresa que faça uma jornada digital de forma independente", diz o executivo.

Por ter parte significativa de sua carreira ligada à área de banco de investimento, a ida de Ejnisman para o comando do Next rapidamente levantou a hipótese de que ele teria a missão de levar o banco digital para a bolsa de valores por uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês).

Esse, contudo, não é o objetivo imediato, embora seja natural que a abertura de capital aconteça quando o banco digital tiver mais musculatura, visto que esse é um caminho para

a ampliação da governança, disse Ejnisman.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

● **Qual é o seu primeiro desafio à frente do Next?**

Tem muita gente imaginando que é abrir o capital ou fazer uma transação estratégica, pelo meu histórico em banco de investimento. A grande verdade é que o Bradesco entende que essa jornada digital é o futuro do mercado financeiro. Por isso, tomou a decisão de criar um banco independente e apostar nele. Dentro desse contexto, o desafio é ter uma plataforma digital que sirva melhor ao cliente, facilitando sua vida. Se caminarmos nessa direção, dentre as alternativas estará a abertura de capital ou fazer uma combinação.

● **Por que a decisão de segregar o Next foi tomada?**

O ponto de partida desse movimento do Next passar a ter um CEO, ser segregado e ter um



Expansão. Ejnisman: meta arrojada de captação de clientes

CNPJ faz parte do movimento de desacoplar o banco digital, decisão estratégica de dar independência ao Next. Isso por uma questão de agilidade, para se evitar conflito.

● **E como Next e Bradesco conversam a partir de agora?**

O Bradesco é até aqui o único acionista do Next e é natural que ele seja parceiro em uma série de serviços. Mas vamos oferecer um produto ao cliente se o Bradesco for a melhor

forma. Um acordo operacional, por exemplo, poderá fazer sentido. Mas, para isso acontecer, é uma questão de se fazer contas.

● **Mas a abertura de capital poderia ocorrer quando?**

Se a gente continuar crescendo nesse ritmo, o que acredito que vai acontecer, o Next ganha massa crítica e é natural se pensar em um IPO para dar mais independência corporativa ao Next.

● **E a meta de crescimento do número de clientes?**

Queremos 7 milhões de clientes até o fim do ano (hoje são 4 milhões). Estamos com inúmeras frentes e isso pode até crescer. Quando olhamos para concorrentes, tem alguns que talvez até tenham um maior número de clientes, mas não de correntistas somente. Quando tivermos mais escala, teremos mais capacidade de oferecer produtos e serviços, mas por outro lado também de pensar na rentabilidade. Mas agora a meta não é gerar resultado, mas ampliar a base de clientes e seguir um caminho em que vamos ser rentáveis.

● **O Next ajuda o Bradesco na competição com fintechs, como o Nubank?**

Hoje a competição não é só com fintechs, temos as "big techs" (gigantes como Google e Facebook), empresas de varejo que oferecem produtos financeiros... O Next não é a ponta da lança para competir com as fintechs. O que eu vejo é uma visão de que o futuro do mercado financeiro passa pela digitalização. Fizemos uma aposta de criar uma empresa que faça uma jornada digital de forma independente.

● **Qual a vantagem para o Next ter o Bradesco por trás?**

Nosso acionista tem capacidade financeira e interesse em investir e conhecimento único do mercado financeiro, conhecimento dos clientes que nos permitem entender as tendências de mercado e forma única. Só vejo vantagens.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Profissional jovem valoriza atuação social de empresas **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

QUARTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2021 | Economia | B3

Profissional jovem valoriza atuação social de empresas

Atenção a questões ambientais e sociais é fator de atração de novos talentos para 53% de executivos e empresários, aponta consultoria



Rebeca Soares
ESPECIAL PARA O ESTADO

O movimento de adaptação das empresas à agenda ESG (que incluem fatores ambientais, sociais e de governança) já influencia a atração de profissionais mais jovens por empresas. Segundo pesquisa da Talenses Consultoria, 53% dos empresários e executivos brasileiros dizem que o foco no legado ESG ajuda na retenção de talentos da chamada "geração Z" (pessoas nascidas entre 1995 e 2010).

É o caso de Murilo Passos, de 24 anos, é coordenador de inovação cultural no time de branding da Natura. Murilo atua na comunidade onde mora, em Guarulhos, auxiliando artesãs a empreender. E achava que não havia espaço para ele em grandes empresas: "Eu partia do princí-

● **Preocupação**
"Eu não me imaginava trabalhando em uma empresa que simplesmente ignora questões relevantes para o desenvolvimento da comunidade."

Gabriele Honório
GESTORA DE MARKETING
NA EMPRESA DE BENS
DE CONSUMO SOFTYS

pio de que eu nunca ia trabalhar no mundo corporativo."

No entanto, foi justamente essa característica que fez a diferença. Ele entrou na Natura por meio de um programa que visa a encontrar jovens com atuação na sociedade. "Só há a possibilidade de eu estar trabalhando na Natura hoje por conta da valorização que ela dá para esse tipo de aspecto, principalmente a diversidade."

Assim como Murilo, Gabriele Honório, de 27 anos, também está no grupo de jovens que buscam empresas que fazem a dife-

rença. Recém-promovida ao cargo de gestora de marketing da empresa de bens de consumo Softys, Gabriele diz que, desde a faculdade, tinha a preocupação com temas ambientais e de inclusão. "Eu não me imaginava trabalhando em uma empresa que simplesmente ignora questões relevantes para o desenvolvimento da comunidade", diz.

Para Luiz Valente, presidente da Talenses, as gerações Y e Z formam um grupo de consumidores mais preocupados com a reputação das empresas. Ao comprar um produto, esse público questiona o posicionamento da marca em questões sociais, como racismo e preconceito.

Esse tipo de pensamento começa a fazer a diferença na hora de se escolher onde trabalhar. "Os *millennials* já chegaram a cargos gerenciais, e a geração Z está entrando agora no mercado de trabalho. Além de serem mais engajadas em questões sociais e ambientais, as duas gerações também são mais preocupadas quando o assunto é ética", explica.



Perfil. Murilo Passos, da Natura, acreditava que 'nunca ia trabalhar no mundo corporativo'

Do total de 201 entrevistados pela Talenses, 86% acreditam que as ações de ESG são benéficas para o desempenho no mercado, sendo que 63% avaliam que esse fator ajuda a ampliar o valor de mercado de uma companhia. Já 50% acreditam que há ganhos de imagem e reputação. Além disso, segundo Valente, o compromisso ESG pode ajudar as companhias a obter crédito bancário e renegociações de dívidas com condições mais vantajosas.

Compromissos. Para Regiane Herchcovitch, diretora de re-

ursos humanos da Softys, a reputação da empresa ajuda a gerar conexão e engajamento entre os funcionários. "Além das ações da empresa atraírem os funcionários para o recrutamento, elas se tornam motivo de orgulho para quem já está dentro e percebe que temos preocupações que são benéficas para a sociedade e o meio ambiente", afirma.

Segundo Aline Felix, gerente sênior de experiência do colaborador e marca empregadora da Natura, as ações ambientais e sociais ajudam a conectar a or-

ganização aos funcionários. "Cada pessoa faz parte da composição da empresa, então a gente não entende os valores de maneira separada. Até porque o colaborador chega a espaços onde a empresa não está", diz.

Na visão da executiva, quanto mais jovem o candidato, maior é a preocupação com valores que são refletidos na sociedade. "A Natura assumiu o compromisso, olhando para 2030, de ter zero emissão de carbono líquido. Além disso, reafirma a importância de até 2026 ter 50% de mulheres compondo a liderança."

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Conteúdo digital avança na pandemia **Impacto:** Neutro

Bio | Economia | QUARTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Conteúdo digital avança na pandemia

Editoras de livros relatam aumento da participação de e-books na receita

Com o comércio fechado e a população preocupada com o contágio do novo coronavírus no primeiro semestre do ano passado, as editoras e meios de comunicação tiveram de acelerar projetos de conteúdo digital para amenizar os prejuízos. Naquele momento, o temor de contaminação por meio de objetos fez uma série de leitores suspender o recebimento de jornal e deixar de comprar livros impressos pela internet.

Nesse cenário, parte da população aderiu às novas ferramentas disponíveis no mercado, sendo o e-book uma delas. Em alguns casos, a participação do livro digital nas receitas das editoras praticamente dobrou no ano passado, em comparação a 2019. A fatia ainda é pequena diante das vendas do livro em

papel, mas o movimento foi importante para o setor.

"No começo da pandemia, havia um medo de receber livros em casa e isso provocou uma migração imediata até junho e julho", diz o diretor da Globo Livros, Mauro Palermo, que participou ontem do evento MobileEditorial, realizado pela Mobile Time, de forma online. Segundo ele, a partir do segundo semestre a população se acalmou e o movimento diminuiu um pouco. Mas o importante é que houve uma retenção. A participação dos e-books na editora subiu de algo em torno de 6%, em 2019, para 11%, no ano passado.

O mesmo ocorreu na Companhia de Letras, segundo a gerente de projetos digitais da empresa, Marina Pastore. Ela conta que o e-book foi o canal para viabilizar o lançamento de títulos



Avanço. Participação dos livros digitais saltou de 8% para 11% das vendas da Globo Livros

● Soma de esforços
"O livro físico nunca vai deixar de ser atraente, mas agora existe a interação com o digital."

Renato Marcondes
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS DA VERISOFT

los que tiveram de ser adiados no impresso. Com isso, a participação dos livros digitais nas receitas subiu de 6% para 10% no primeiro semestre. Segundo a executiva, esse porcentual caiu um pouco no fim do ano por causa da alta no livro de papel.

A mudança no comportamento da população também foi verificada nos jornais. A diretora

de produtos digitais do Estadão, Luciana Cardoso, conta que houve um pico de audiência entre abril e maio do ano passado e a suspensão de entrega do jornal impresso durante alguns meses. "Mas o mais interessante é que não saímos do pico. Normalmente, janeiro e fevereiro são meses mais calmos, mas conseguimos manter a taxa de crescimento elevada."

Novos negócios. Na avaliação da vice-presidente do grupo editorial Record, Roberta Machado, o avanço do e-book e a maior atenção para o audiobook têm ganhado aliados como as empresas que apostam em novos modelos de distribuição e comercialização, como a Skeelo. "Es-

sas plataformas ganham um público enorme por democratizar a leitura", afirma a executiva, destacando que é preciso dar força a algumas iniciativas para ampliar o público leitor.

Criada em maio de 2019, a Skeelo — uma das maiores plataformas de e-books do País — viu seu número de assinantes subir de 3 milhões para 34 milhões. A empresa já distribuiu 290 milhões de livros digitais e entregou gratuitamente outros 15 milhões. Com isso, a companhia faturou em 2020 cerca de R\$ 30 milhões — valor que deve chegar a R\$ 100 milhões neste ano. "O País tem poucos leitores. Por isso, primeiro é preciso investir na formação de novos leitores, gerar hábito de consumo e, a par-

tir daí, definir formas de entregar o conteúdo para ele", diz o presidente da Skeelo, Rodrigo Meinberg.

Nesse sentido, a plataforma Árvore também tem feito trabalho relevante para fomentar a leitura no médio e longo prazos. A edtech, que conta com 30 mil livros, foi beneficiada pelas aulas remotas. "A gente vinha crescendo duas vezes no ano. Em 2021, crescemos cinco vezes", afirma o cofundador e presidente da plataforma Árvore, João Leal.

Na avaliação dele, a resistência das editoras com esses modelos vem se reduzindo, sobretudo após a pandemia. Hoje, diz o executivo, elas estão mais dispostas a testar formatos novos cada vez mais. A opinião é corroborada pelo diretor da Bookwire no Brasil, Marcelo Glecia. "Vivemos esse momento de resistência e construímos pontes para que as editoras viessem a entender o mercado digital."

Nova visão. Em 2017, 500 editoras não tinham nenhum conteúdo digital. No ano passado, esse retrato já era diferente. O diretor de desenvolvimento de negócios da Verisoft, Renato Marcondes, conta que em 2021 recebeu quase cem contatos de editoras querendo colocar seus conteúdos na plataforma. "Vemos que a resistência diminuiu conforme são criados novos modelos de comercialização. O livro físico nunca vai deixar de ser atraente, mas agora existe a interação com o digital. É uma leitura complementar que agrada a nova geração de leitores." Para ele, quem não olhar para o produto digital vai perder espaço no mercado.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Brasil pode virar uma Venezuela com erros na economia, afirma Guedes **Impacto:** Neutro



Cartazes da campanha 'Bolsocaro', em SP realizada por designers, com críticas à alta dos preços dos alimentos. Mariana Bergamo/Folhapress

Brasil pode virar uma Venezuela com erros na economia, afirma Guedes

Declarações do ministro ocorrem em meio a ações intervencionistas de Bolsonaro, como na Petrobras

Fábio Pupo

BRASÍLIA. Em meio a ações do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que foram interpretadas como intervenções em estatais, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o Brasil pode virar uma Argentina ou uma Venezuela rapidamente caso continue aumentando seu endividamento e tome decisões erradas de política econômica. "Para virar a Argentina, seis meses; para virar Venezuela, um ano e meio. Se fizer errado, vai rápido. Agora, quer virar Alemanha, Estados Unidos? [São necessários] 10, 15 anos na outra direção", afirmou. A declaração foi feita durante uma conversa gravada na sexta-feira (26) e veiculada nesta terça-feira (3) pelo podcast Primocast.

para evitar desgaste.

Na conversa, Guedes defendeu o controle do endividamento público, contrapartidas para o auxílio emergencial e a execução da agenda liberal —dizendo que ela abrirá um caminho de prosperidade para o país. "Você prefere juro baixo, muito investimento, emprego, renda, Bolsa subindo, todo mundo ganhando, estourando champagne, um país da prosperidade, ou prefere ir para a Venezuela?", questionou o ministro em outro momento. Guedes voltou ao assunto para dizer que o comentário sobre virar outros países vizinhos era exagero, mas só para alterar a estimativa de tempo em que isso ocorreria (segundo ele, seriam três anos para se transformar em uma Argentina e cinco ou seis para se tornar uma Venezuela). Guedes defendeu privatizações como a da Eletrobras até para gerar recursos para os mais carentes. Sem citar nomes, criticou o uso de estatais para benefício da classe política e financiamento de campanhas eleitorais.

OCDE recomenda aprimorar regras para indicação em estatais

Relatório apresentado nesta terça-feira (2) pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) recomenda que o Brasil aprimore mecanismos para indicação de executivos em estatais. Um dos objetivos é evitar interferências políticas do governo que possam comprometer a trajetória dessas companhias. Sem mencionar casos específicos, o organismo internacional sugere que a nomeação de gestores seja feita por recrutadores independentes, de modo similar ao setor privado, ou por meio de um processo competitivo com candidatos qualificados. O Brasil trabalha para conseguir uma vaga na OCDE. Conhecido como 'Clube dos ricos', o organismo é uma entidade que exige boas práticas de políticas públicas

benefício, aposentadorias muito boas, férias que pode vender para a empresa. Tem muitos privilégios", disse. Em certo momento, ao mencionar a Petrobras, o ministro chegou a criticar uma frase usada recentemente pelo próprio Bolsonaro, e que também é usada pela esquerda. "Tem uma turma que começa: 'O petróleo é nosso'. É nosso? Então dá para a gente. Vamos dar para o povo brasileiro. Vamos pegar os dividendos da Petrobras e entregar uma parte para o povo brasileiro", afirmou Guedes. "O paga dividendos ou vende e dá dinheiro para eles. O que não pode é ficar gerando prejuízo para eles", disse o ministro, citando a ideia de criar um fundo para receber tais recursos. Na semana passada, Bolsonaro citou a frase após anunciar a troca no comando da estatal. "O petróleo é nosso ou é de um pequeno grupo no Brasil?", indagou o chefe do Executivo no dia 23. Guedes defendeu que o auxílio emergencial seja aprovado no Congresso com as contrapartidas de ajuste fiscal em médio e longo prazo previstas na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial.

No texto, há previsão de itens como congelamento de salários no setor público em momentos de calamidade pública e de aperto orçamentário. E aproveitou o tópico para voltar ao assunto da Venezuela. "Tento empurrar o custo para as futuras gerações? Os juros começam a subir, acaba o crescimento, começa a confusão, endividamento em bola de neve, aumento do desemprego... Caminho da miséria, da Venezuela, da Argentina", disse. Ele afirmou que continuará no cargo enquanto tiver a confiança de Bolsonaro e não tiver que empurrar o Brasil para o caminho errado. "Se eu estiver conseguindo ajudar o Brasil, fazendo as coisas em que acredito, eu devo continuar. A ofensa não me tira daqui. O que me tira é a perda da confiança do presidente, ir para o caminho errado. Se eu tiver que empurrar o Brasil para o caminho errado, eu prefiro não empurrar. Isso não aconteceu", disse. Durante o programa, o ministro ainda defendeu seu trabalho e lamentou críticas

na imprensa e de políticos de oposição, apesar de reconhecer uma série de pendências na agenda econômica. "Em algumas coisas, ficamos para trás. As privatizações estão muito atrasadas, lassante. A reforma tributária nossa também atrasou. A abertura da economia ia bem, mas chegou a Covid", disse, para em seguida citar pontos que considera positivos, como a reforma da Previdência e remoções de burocracia no país. "Acho que estou retribuindo a altura, fazendo meu trabalho com seriedade e dedicação. Sacrifiquei minha família, que vive uma vida mais difícil e limitada. Podia estar viajando, rodando o mundo e fazendo outras coisas. [mas] estou aqui preso de manhã, tarde e noite. Não sei que dia é sábado, domingo, não sei as horas. Acorda, trabalha, lê, trabalha. Mas é um senso de missão", disse. Guedes disse que entrou para a vida pública inadvertidamente e que aceitou o desafio por ter confiado em Bolsonaro. "Estava ajudando alguém, de repente foi radicalizando a eleição e eu vim. Porque eu confiei nas intenções do presidente; tem ótimas intenções, responsabilidade com o país. É bom para a democracia nacional [de correntes, ora de esquerda, ora de direita]. Partii da ideia de que, vindo para cá, eu teria apoio do presidente para fazer as mudanças, porque ele também quer mudanças. Isso de certa forma me trouxe", disse.

Campanha 'Bolsocaro' critica aumento de preços

SÃO PAULO. A distância parecem anúncios de promoção de supermercado, mas, de perto, o texto diz o inverso: detalha a disparada de preços de alimentos. Essa é a proposta da ação "Bolsocaro", que espelha cartazes (aqueles conhecidos como lambe-lambes) por muros em diversas regiões da capital paulista acompanhados de frases como "Já muito caro", "Já na conta do Bolsonaro" e "Essa conta não é nossa". A iniciativa, realizada por um grupo de amigos designers viralizou nas redes sociais. Políticos de oposição ao presidente Jair Bolsonaro compartilharam as imagens, como Guilherme Boulos (PSOL), Ciro Gomes (PDT) e Manuela D'Avila (PCdoB). Para produzir as artes, o grupo, que prefere o anonimato, fez pesquisa nas prateleiras de supermercados. De acordo com o Ipea, em 12 meses, o preço do grupo alimentício e bebidas subiu 14,8%, e combustíveis, 4,4%. Amanda Lemos

Ministro indica que perdeu controle sobre política econômica

ANÁLISE

Bruno Boghossian

BRASÍLIA. No primeiro ano de governo, Jair Bolsonaro anunciou que deixaria as decisões da economia nas mãos do ministro daquela área. "Não discuto. E 100% com o Guedes", afirmou. Alguns meses depois, o número teve uma mudança simbólica, mas reveladora. "Na economia, 99% do Paulo Guedes decide, e 1% sou eu", declarou o presidente, em maio passado. Aquela altura, as porcentagens já eram generosas para um ministro que tinha planos vetados pelo Palácio do Planalto quase todas as semanas. Os obstáculos se tornaram tão frequentes que nem o próprio Guedes conseguiu esconder que perdeu o controle maioritário da política econômica.

Um sintoma é a declaração do ministro sobre o risco de o Brasil "virar Venezuela" caso continue ampliando gastos e tomando decisões equivocadas na economia. Há dois anos, Guedes poderia dizer que governos anteriores eram os culpados por meter o país nesse caminho, mas o poder já está nas mãos de outros personagens há 26 meses. Na prática, o ministro reconhece que existe uma cartilha de aperto nas contas públicas disponível desde que ele assumiu o cargo, mas sugeriu que outras autoridades estão interessadas em seguir uma rota diferente. Descontadas as pressões políticas do Congresso pela ampliação de gastos, o perigo que ele enxerga vem de outro edifício da Praça dos Três Poderes. A fala de Guedes em entrevista ao podcast Primocast, divulgada nesta terça

feira, ocorreu no momento em que Bolsonaro abandonou o poder de atropelar a agenda econômica. A decisão do presidente de intervir na Petrobras e reduzir tributos sobre o diesel sugere que o ministro não apenas tem dificuldades para implantar suas medidas como também ficou sem condições de vetar o que

considera erros de percurso. O desembarço com que Bolsonaro fez essas manobras indica que a lógica política superou de vez as restrições da doutrina econômica de Guedes. No passado, o presidente demonstrava desconforto com o preço dos combustíveis, mas os conselhos do auxiliar eram suficientes para controlá-lo. Agora, com a proximidade de sua campanha eleitoral, passou a ser quase impossível segurá-lo. Quando fala publicamente sobre o risco de deterioração da economia brasileira, Guedes marca diferenças em relação a Bolsonaro e manda um recado para o chefe. Ao longo da primeira metade do governo, essas tensões fabricadas foram suficientes para punir o frio dos institutos políticos do presidente. A obstinação do Planalto em abrir caminho

para a zezé, no entanto, pode fazer com que o desgosto do ministro se aprofunde. Guedes reconhece incompatibilidade de seus planos com as circunstâncias eleitorais, mas também se mostra disposto a expor essas tensões. Quando Bolsonaro decidiu trocar o presidente da Petrobras, o ministro disse ao presidente numa reunião reservada que aquela era uma "jogada política" com um "efeito econômico terrível". Os alertas foram parar nas páginas da revista Veja — o que foi interpretado pelo Palácio do Planalto como uma forma de pressão. Desta vez, os atritos públicos não fizeram com que o presidente recuasse. Ao contrário, Bolsonaro tentou expandir seu movimento de intervenção para o setor elétrico. Se tiver sucesso na contenção dos preços dos

combustíveis e da elétrica, é pouco provável que ele volte a abrir espaço para os conselhos de Guedes. Essas circunstâncias podem redefinir a relação política entre o presidente e o ministro. Nos dois primeiros meses de mandato, os choques entre os dois produziram muita farsa e pouco fogo. Guedes continuou no cargo porque fez concessões ao chefe e porque Bolsonaro considerava o auxiliar uma peça importante para manter a estabilidade econômica. Agora, os objetivos do presidente mudaram. Bolsonaro pensa mais nos efeitos imediatos de medidas como a contenção do preço do diesel do que na trajetória da dívida e nos humores do mercado financeiro. Se Guedes deixar de ser um aliado obediente para se tornar um obstáculo, as chamas podem aparecer.

[...]
Se tiver sucesso na contenção dos preços dos combustíveis e da elétrica, é pouco provável que Bolsonaro volte a abrir espaço para os conselhos de Guedes

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 03/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Apoio de Bolsonaro a caminhoneiros deve ser pago por cliente de banco Impacto: Neutro

Apoio de Bolsonaro a caminhoneiros deve ser pago por cliente de banco

Principais instituições já avaliam repassar alta de tributo determinada pelo presidente para compensar desoneração no diesel e no gás

Julio Wiziack

BRASÍLIA Os principais bancos comerciais do país já avaliam repassar boa parte do aumento da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) para os clientes, o que deverá encarecer o crédito e até restringir a oferta de dinheiro novo.

A elevação do tributo foi medida adotada pelo presidente Jair Bolsonaro na segunda (1º) para compensar a queda de receita após o corte de tributos sobre diesel e gás de cozinha. A princípio, terá validade até o fim deste ano.

Alta da CSLL também afeta cooperativas de crédito e corretoras de câmbio.

Para tentar conter os danos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ligou por volta das 7h desta terça-feira (2) para Isaac Sidney, presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Guedes disse que o momento exigia mais esforços do setor e que a medida seria temporária. Segundo interlocutores, o ministro ouviu da Febraban que o setor entende que está sendo chamado a contribuir ainda mais depois de já ter colaborado de demasiadamente durante a pandemia.

Desde abril, quando os efeitos do coronavírus na economia se tornaram mais perceptíveis devido ao distanciamento social, os bancos postergaram cerca de R\$ 150 bilhões em prestações de empréstimos para evitar uma alta explosiva da inadimplência.

Também concederam, em 2020, R\$ 3,5 trilhões em crédito para evitar quebra de empresas e de clientes. Sidney disse que, desta vez, seria muito difícil segurar o repasse desse aumento da CSLL para os produtos e serviços.

Executivos de dois bancos ouvidos sob anonimato pela Folha disseram que haverá o repasse. Lembram que, atualmente, os tributos já representam quase 20% do spread bancário, item crucial para o cálculo da taxa de juro ao cliente.

O setor esperava ampliar a oferta de crédito neste ano em 8%. Com a elevação da CSLL, é possível que algumas instituições optem pela redução do volume de dinheiro novo na praça.

O mais provável, ainda segundo os banqueiros, é que o custo do empréstimo seja repassado diante do novo ce-

nário. Os cálculos serão feitos nos próximos dias.

Esta é a segunda vez que os bancos estão sendo chamados a abrir o cofre. A CSLL subiu, no início de 2020, de 15% para 20% para bancos após aval do Congresso em medida inserida na reforma da Previdência.

As demais instituições financeiras foram taxadas em 15% e todos os outros setores da economia passaram a pagar 9%.

Estimativas do Ministério da Economia à época indicavam que um aumento de cinco pontos percentuais na cobrança da CSLL representaria um acréscimo de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão por ano ao caixa da União.

A nova alíquota de 25% para os bancos entrou em vigor imediatamente. No entanto, por ter sido definida por medida provisória, precisa de aprovação na Câmara e no Senado em até 90 dias.

No caso das cooperativas, empresas de seguros privados, de capitalização, corretoras de câmbio, sociedades de crédito imobiliário e administradoras de cartões de crédito, a alíquota passa de 15% para 20% até o fim do ano.

Se a medida não for reeditada, as alíquotas retornam ao patamar anterior a partir de janeiro de 2022.

De acordo com o governo, as diminuições nos impostos terão impacto de R\$ 3,67 bilhões em 2021. Nos dois anos seguintes, a redução na tributação do gás terá impacto na arrecadação de R\$ 922 milhões e de R\$ 945,1 milhões, respectivamente.

Essa foi uma das saídas encontradas pela equipe econômica para bancar um corte de tributos sobre o diesel e o gás de cozinha. Em transmissão ao vivo pelas redes sociais há menos de duas semanas, o presidente afirmou que o PIS/Cofins sobre o diesel seria zerado por dois meses, a partir desta segunda.

Na mesma data, segundo ele, também passaria a valer uma isenção definitiva dos mesmos tributos sobre o gás.

Enquanto o corte no tributo do diesel valerá nos meses de março e abril, não há previsão de fim do corte referente ao gás de uso residencial.

O anúncio surpreendeu Guedes, que não tinha ideia naquele momento de como esse benefício dado pelo presidente seria pago.

+
GUEDES ADMITE 'EFEITO RUIM' DA AÇÃO DE BOLSONARO NA PETROBRAS, MAS DIZ QUE TEM QUE RESPEITAR

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça (2) que a ação de Jair Bolsonaro na Petrobras, com a troca de comando da estatal, gerou efeito econômico ruim. Para ele, no entanto, é preciso respeitar a decisão do presidente, que tem a palavra final. Após fazer críticas à elevação de preços de combustíveis, Bolsonaro pediu a saída do presidente da Petrobras, o liberal Roberto Castello Branco, indicado por Guedes. Em seu lugar, foi indicado o general Joaquim Silva e Luna. "É compreensível politicamente a atitude. Do ponto de vista econômico o efeito foi ruim, essa foi a nossa conversa interna", disse o ministro, em entrevista à rádio Jovem Pan. "A minha visão sobre estatais é conhecida. Agora, eu tenho que respeitar o presidente da República, ele diz 'é isso aqui que eu quero agora', ele tem o direito."

A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina que a perda de arrecadação com o corte de tributos seja acompanhada de medidas de compensação, como elevação ou criação de outro imposto.

Nesta terça (2), em conversa com apoiadores, Bolsonaro disse que, nos próximos dois meses, a equipe econômica estudará a possibilidade de a redução se tornar permanente.

"Quando zera o imposto, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tem de arranjar recurso em outro lugar. Esses dois meses são um prazo para a gente estudar como a gente vai conseguir, de forma definitiva, zerar impostos federais sobre o diesel", afirmou.

Os caminhoneiros vêm fazendo pressão sobre o governo e ameaçam entrar em greve, o que traria forte impacto à economia. Até o momento, no entanto, o movimento grevista não avançou e não houve paralisação nacional.

Além do aumento da cobrança para os bancos, o governo apresentou outras medidas para compensar a queda de receita ao zerar o PIS e Cofins sobre o óleo diesel: a redução de incentivos do setor petroquímico e de carros adaptados para pessoas com deficiência.

Presidente prepara pronunciamento para defender medida

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro prepara um pronunciamento em cadeia nacional para esta quarta (3) no qual pretende defender a isenção de impostos sobre o diesel e criticar as medidas de restrição por causa do aumento de internações pelo coronavírus.

O plano inicial era que a fala em cadeia nacional fosse transmitida nesta terça (2), mas o presidente decidiu adiá-la.

A ideia é que ele aproveite a fala para explicar as medidas tributárias adotadas pelo governo que afetam o setor de combustíveis, bancos e cooperativas de crédito. Para compensar a queda de receita após o corte de tributos sobre diesel e gás de cozinha, o governo propôs um aumento da taxa sobre bancos até o fim do ano. Gustavo Uribe

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** DF

Título: Indústria química prevê até 80 mil demissões a partir de julho com fim de regime especial **Impacto:** Neutro

Indústria química prevê até 80 mil demissões a partir de julho com fim de regime especial

Sheyla Santos

BRASÍLIA A Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química) afirma que foi surpreendida com a revogação, na segunda (1º), do Reiq (Regime Industrial da Indústria Química) pelo governo federal.

Na prática, o governo extingue, a partir de julho, a tributação especial concedida ao setor por meio de desoneração das alíquotas de PIS/Cofins referentes ao nafta (composto proveniente do petróleo) e outros produtos destinados a indústrias petroquímicas.

A decisão foi tomada para reduzir tributos de diesel e gás em aceno a caminhoneiros.

De acordo com o presidente-executivo da associação, Ciro Marino, a medida irá afetar

de 60 mil a 80 mil empregos a partir de julho, quando a decisão entrará em vigor.

Ele afirma ainda que, além de desemprego, a decisão poderá gerar perdas de até US\$ 2,2 bilhões no faturamento anual do setor — que em 2020 obteve receita entre US\$ 110 bilhões e US\$ 112 bilhões—, retração de demanda da indústria e piora na competitividade.

“A indústria química precisa de políticas de Estado. O que mais nos incomoda é a quebra de contrato. Se o governo unilateralmente rompe esse acordo, a gente cria um ambiente de desconfiança em relação à política industrial brasileira, afetando todos os demais setores. Isso mexe com a credibilidade, com a confiança.”



A indústria química precisa de políticas de Estado. O que mais nos incomoda é a quebra de contrato. Se o governo unilateralmente rompe esse acordo, a gente cria um ambiente de desconfiança

Ciro Marino
presidente
da Abiquim

O benefício tributário era concedido ao setor desde 2013. Segundo a Abiquim, a indústria nacional é atualmente taxada entre 40% e 46%, com variação de impostos por estado, e no exterior a taxa varia de 20% a 25%.

“Nós tínhamos observado, em décadas anteriores, um crescimento na participação de produtos importados em relação ao mercado brasileiro. O regime foi criado para que a gente pudesse ter um melhor equilíbrio entre a indústria nacional e o que se cobra de tributo na indústria internacional.”

Marino diz que a indústria química trabalha com ciclos longos, de cinco anos, e que por essa razão precisa de segurança jurídica e previsibilidade.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 03/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Intervenção na Petrobras não significa guinada na pauta liberal de Bolsonaro Impacto: Neutro



José Sergio Gabrielli, 71

Graduado em economia pela Universidade Federal da Bahia, com doutorado pela Universidade de Boston, foi presidente da Petrobras (2005-12) e secretário de Planejamento da Bahia (2012-15)

Sergio Lima - O.Mat15/Folhapress

José Sergio Gabrielli Intervenção na Petrobras não significa guinada na pauta liberal de Bolsonaro

Presidente da estatal nos governos de Lula e Dilma diz que decisão de trocar o comando da empresa foi estratégia política

ENTREVISTA

Fábio Zanini

SÃO PAULO Presidente mais longevo da Petrobras em seus 68 anos de existência, José Sergio Gabrielli, 71, diz que a decisão de Jair Bolsonaro de interferir no comando da estatal foi uma estratégia de sobrevivência política e não necessariamente significa um recuo na agenda liberal do governo. "O principal elemento do programa econômico de Bolsonaro é ultraliberal e contrário à atuação direta do Estado na economia. Toda vez que há pressão de custos que eleva esses preços no plano internacional, a decisão de passar imediatamente ou não essas variações provoca um impacto grande na economia, com grandes efeitos políticos. A resposta de Bolsonaro foi muito mais política do que de mudança de trajetória para o que ele quer com a Petrobras.

Só o fato de ele ter feito esse movimento não sinaliza algo novo? Depende se a venda de refinarias continua, se a decisão da ANP [Agência Nacional do Petróleo] e dos órgãos reguladores continuar favorecendo a importação de derivados, se a Petrobras continuar focando o pré-sal. Essas coisas indicariam que é impossível não ter preço internacionalizado de gasolina, diesel e querosene de aviação.

A maneira como Bolsonaro anunciou a demissão causou prejuízo à imagem da empresa? A presidência da Petrobras não é um cargo nomeado por decreto ou autorização presidencial. O acionista majoritário pode mudar o presidente, mas via conselho. O que ocorre aqui é uma tempestade no mercado de ações, mas esse mercado tende a responder exageradamente a decisões que afetam as expectativas.

Vimos em 2020 um enorme crescimento da Bolsa. Houve um enorme influxo de recursos de pessoas físicas, e grande parte delas comprou ações da empresa. A expectativa de que iria pagar dividendos e dar prioridade aos acionistas,

Essa mudança na política de preço não é recolocar a Petrobras no caminho da intervenção estatal, com influência política? A Petrobras teve os maiores lucros de sua história num momento em que não repassava imediatamente os preços para o mercado doméstico, no governo Lula. Há muita mitificação sobre os preços internacionais do petróleo. Eles são definidos não pela oferta e demanda. Para cada barril físico que troca de mãos, dez barris são transacionados a mais. Esses nove a mais refletem essencialmente a variação dos contratos futuros. Não é somente especulação, você tem operações de segurança de risco, de diminuir margens e perdas no futuro, de estabilização. São movimentos financeiros.

Como o sr. vê a composição do conselho de administração, com diversos integrantes ligados ao mercado? Está desequilibrado. Praticamente só tem representante do mercado financeiro, e particularmente dos fundos mais especulativos. Numa empresa de petróleo, que não está produzindo banana ou uma mercadoria qualquer, mas um produto estratégico, que leva a guerras, a orientações de segurança nacional por grandes potências, não dá para haver o olhar e a representação só do acionista que está visando o máximo de dividendos do trimestre seguinte.

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

“A presidência da Petrobras não é um cargo nomeado por decreto, ou por autorização presidencial. O acionista majoritário pode mudar o presidente, mas via conselho

Se a empresa só olhar para o acionista, não tem sobrevivência a longo prazo. Tem que olhar também para os fornecedores. E tem de se relacionar com seus consumidores, olhar para o mercado dela

O conselho de administração da Petrobras está desequilibrado. Praticamente só tem representante do mercado financeiro, e particularmente dos fundos mais especulativos

Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era

risca abrir a porta de novo para aquela realidade? Eu não atribuo necessariamente à indicação política a corrupção, porque, se fosse assim, você não teria corrupção no setor privado. E a maior parte dos processos de corrupção ocorre no setor privado. No setor de petróleo, que tem grande margem de renda entre o preço e o custo, os grandes casos de corrupção não foram só com as empresas estatais.

Evidentemente, a corrupção tem de ser combatida, e você tem de estimular o aperfeiçoamento e o refinamento dos sistemas de controle para evitar que exista. Mas ela tem de ser combatida punindo os corruptos, e não destruindo as empresas. O que a Lava Jato fez foi destruir empresas e não punir os corruptos.

A blindagem da Petrobras de interferência política não está sob risco com esse movimento de Bolsonaro? Acho que não. A atitude de Bolsonaro não é sobre corrupção. O que está acontecendo na Petrobras é que o grau de transparência das decisões diminuiu a partir de zero, com as novas regulações de governança interna. Hoje, as negociações de privatização ocorrem exclusivamente no âmbito da Petrobras, com fatos relevantes muito sucintos e poucas informações para o público.

A interferência de Bolsonaro significa que a privatização da Petrobras está descartada? A BR Distribuidora já foi privatizada. O único instrumento que a Petrobras tinha para atuar diretamente no varejo do gás de cozinha, a Liquigás, foi privatizada. A Petrobras está auxiliando a venda de oito refinarias. Se vender, você vai perder qualquer possibilidade de ter influência na fixação dos preços de mercado, vai entregar metade do sétimo maior mercado mundial de derivados para outras empresas, e vai, na medida em que perde a sinergia e a eficiência do sistema integrado de refino, aumentar o custo sistemático de produzir derivados no Brasil.

A Petrobras está saindo de todas as atividades, com exceção do filé mignon do pré-sal, e virou uma grande exportadora de petróleo cru. Do ponto de vista de lógica da grande empresa, a Petrobras já não existe mais. Acho muito difícil voltar à empresa pujante que era.

Em termos gerais, a decisão de Bolsonaro de mexer na Petrobras era necessária? Bolsonaro sentia que o risco de uma greve de caminhoneiros era muito grande. Ele agiu politicamente, e não com base numa ideia de mudar radicalmente a política econômica — que pode vir a mudar, mas não está garantido.

Bolsonaro tem várias forças que o apoiam. Não são só os caminhoneiros, não são só os segmentos que pressionam para seguir o preço, mas também os empresários, investidores da Bolsa, acionistas que querem receber a curto prazo. A política do [Paulo] Guedes é voltada principalmente para esses segmentos. Não acho que é possível afirmar que a entrada do general vá significar alteração significativa da política de preço.

Não parece óbvio que a troca foi feita para mudar? Ele vai tentar, vai primeiro sinalizar, na expectativa de que os preços internacionais vão se estabilizar. Mas as indicações não são essas, são que vão continuar subindo, portanto a pressão vai continuar. Se você vender refinarias e continuar importando derivados, não há possibilidade de não internacionalizar preços.

Ouseja, a guinada na mudança de Castello Branco para Silva e Luna não necessariamente acontecerá? Depende. Qual o sinal de que vai mudar? Só porque o general segue os ordens do presidente? É uma hipótese, não tem garantia.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Relator enxuga PEC, mas mantém gatilho fiscal **Impacto:** Neutro

FOLHA DE S.PAULO ***

QUARTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2021 **A21**

mercado

Relator enxuga PEC, mas mantém gatilho fiscal

Pontos como o fim do piso de gastos em saúde e educação são retirados; votação está prevista para hoje no Senado

Renato Machado
e Thiago Resende

BRASÍLIA Em um revés do ministro Paulo Guedes (Economia), uma versão mais enxuta da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial foi apresentada nesta terça-feira (2), sem os pontos mais polêmicos, como a ideia de acabar com o gasto mínimo para saúde e educação e a tentativa de cortar repasses ao BNDES. As mudanças ocorreram após pressão de líderes do Senado.

A PEC permite uma nova rodada do auxílio emergencial, além de prever medidas de controle de despesas públicas, defendidas pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

O ministro da Economia aposta na aprovação da PEC Emergencial para destravar a pauta liberal apresentada ao Congresso. Aliados teria indicado que esse projeto pode definir a sua permanência ou não no governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Em negociação com o Congresso, o governo espera relançar o programa do auxílio emergencial, com o pagamento de quatro parcelas de R\$ 250.

O governo e o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), tiveram de recuar em alguns pontos para destravar a análise da PEC, que, na semana passada, diante das críticas à ideia de acabar com o piso para saúde e educação, nem chegou a ser lida no plenário da Casa.

Por ser uma PEC, é necessário o apoio de 49 dos 81 senadores. Depois, a proposta ainda precisa passar pela Câ-

mara, onde precisa do voto de 308 dos 513 deputados.

A Câmara votará a PEC diretamente em plenário, sem passar por comissões.

Na semana passada, Bittar já tinha reconhecido que teria que desistir do fim do piso para saúde e educação para não colocar todo o projeto em risco. Na semana passada, o relator e o governo estiveram perto de uma derrota, que poderia atrasar em mais duas semanas a tramitação, por isso precisaram adiar a leitura do relatório e cederam na questão das desvinculações.

Agora, ele também recuou no corte nos repasses do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o BNDES, atendendo a pedidos de diversos partidos, inclusive da base do governo.

Bittar, por outro lado, decidiu manter a desvinculação de receitas para atividades de administração tributária. Isso poderá enfraquecer o funcionamento e a autonomia dos órgãos de fiscalização tributária no âmbito da Receita Federal e dos demais entes federados, segundo auditores fiscais.

Até a votação da PEC, prevista para esta quarta-feira (3) no plenário do Senado, sindicatos dos auditores pretendem intensificar a articulação para que o texto preserve a vinculação de parte da arrecadação federal à atividade da Receita.

Após negociação com líderes, Bittar recuou em outro ponto e manteve na Constituição a possibilidade de a União intervir em um estado pa-



O senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC Emergencial, que destrava nova rodada do auxílio e prevê medidas de controle de despesas públicas. Marcos Oliveira/Agência Senado

ra reorganizar as finanças da unidade da federação.

A PEC determina um prazo para que o governo apresente um plano para redução gradual dos benefícios tributários. No entanto, após negociação com partidos, esse corte não deverá afetar fundos de desenvolvimento regional, o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus, incentivos tributários a entidades sem fins lucrativos, redução de encargos sobre a cesta básica e o ProUni (Programa Universidade para Todos).

Apesar das mudanças indicadas pelo relator, a nova versão manteve os trechos con-

siderados vitais para Guedes, que são os gatilhos — medidas a serem acionadas automaticamente, por um período determinado, em caso de crise nas contas públicas.

Esses gatilhos já foram apresentados ao Senado em 2019, mas até hoje o texto não avançou. Para reduzir as resistências, o governo já cedeu em alguns pontos.

Inicialmente, por exemplo, havia a previsão de corte de jornada e de salários de servidores públicos como parte do pacote fiscal. Isso, porém, foi retirado do relatório da PEC, elaborado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC).

A versão mais recente do texto prevê apenas barreiras a concursos, reajustes salariais a servidores e à criação de despesas obrigatórias.

Em reunião de líderes no Senado nesta terça, houve um acordo para que, caso os gatilhos sejam acionados, o programa Bolsa Família ainda poderá ser ampliado — mesmo diante de um cenário de controle de despesas. Essa blindagem do Bolsa Família deve ser incorporada pelo relator nesta quarta, antes da votação.

Na avaliação de governistas no Senado, é melhor desidratar a proposta, mas num patamar aceitável para a equi-

pe econômica, do que correr o risco de deixar o plenário aprovar apenas a autorização para o auxílio emergencial.

Com a base desarticulada no Senado, o governo enfrenta dificuldades para aprovar a chamada PEC Emergencial.

Auxílio sem medidas de compensação eleva desemprego, diz pasta

BRASÍLIA A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia afirmou nesta terça-feira (2) que liberar o auxílio emergencial sem medidas de compensação sugeridas pela pasta tem potencial de afetar a inflação e elevar o desemprego.

A análise é divulgada enquanto parlamentares discutem desidratar o impacto da PEC Emergencial, defendida pelo Ministério da Economia e que libera o auxílio em 2021 com medidas de ajuste fiscal a médio e longo prazo.

“Prorrogar o auxílio emergencial sem conciliar com o processo de consolidação fiscal tem o potencial de deteriorar a trajetória inflacionária, reduzir a atividade econômica e aumentar o desemprego”, afirma conclusão de nota técnica elaborada pela SPE.

“Como a inflação e o desemprego afetam desproporcionalmente mais a população carente, o auxílio pode acabar por prejudicar justamente as pessoas que se queriam ajudar”, prossegue o texto. **Fábio Pupo**

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Redução de jornada e salário deve valer por quatro meses **Impacto:** Neutro

A22 QUARTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

Redução de jornada e salário deve valer por quatro meses

Metade da compensação será paga pelo governo, e a outra, pelo seguro-desemprego

Thiago Resende e
Bernardo Caram

BRASÍLIA Na nova versão do programa trabalhista emergencial, o Ministério da Economia estuda permitir que as empresas cortem a jornada e os salários dos funcionários por um período de até quatro meses. Em troca, o empregado deverá receber uma compensação: metade a ser paga pelo governo e a outra metade na forma de antecipação do seguro-desemprego.

No entanto, se o trabalhador for demitido logo após o fim do período de estabilidade previsto no programa, ele não terá direito ao valor já antecipado do seguro-desemprego, que seria descontado do total a ser recebido.

O governo quer que, após o fim da redução de salário e jornada, haja estabilidade no emprego pelo mesmo período de corte (até quatro meses), mesmo formato do programa que vigorou no ano passado.

O desenho atual, em elaboração pela equipe econômica, prevê uma redução do benefício pago ao trabalhador demitido sem justa causa logo após a estabilidade. Esse desconto depende do quanto foi sacado

no período de corte salarial. O seguro-desemprego varia de R\$ 1.100 a R\$ 1.911,84, pagos de três a cinco parcelas. No cenário mais extremo, ou seja, de suspensão temporária de contrato, o seguro-desemprego a ser recebido ao fim do programa cairia para um período de um a três meses, pois duas parcelas integrais já teriam sido antecipadas.

O objetivo do programa, segundo auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia), é evitar demissões em massa num momento de repique da pandemia da Covid-19 e de novas medidas de restrição da atividade econômica para tentar conter o coronavírus.

Isso deve ser feito por MP (medida provisória), ainda em março. Uma MP passa a vigorar imediatamente, mas precisa do aval do Congresso em 120 dias após a publicação.

Inicialmente, Guedes queria reeditar o programa trabalhista num formato que não representasse custo para o governo. Mas o governo teve de ceder diante da resistência do Congresso em aprovar uma medida bancada apenas pelo seguro-desemprego e que pode representar um custo ao trabalhador.

Membros da equipe econômica argumentam que é melhor pagar uma parte do seguro-desemprego, na forma de antecipação, para tentar preservar o emprego do que não tomar medidas num momento de crise, correndo o risco de apenas ter que desembolsar o benefício de proteção em caso de demissão.

No programa que teve vigência em 2020, o governo pagou aos trabalhadores atingidos uma proporção do valor do seguro-desemprego equivalente ao percentual do corte de salário. A compensação foi de 25%, 50% ou 70% do seguro-desemprego.

A ideia é que, na versão de 2021, esse cálculo seja mantido e que, diante da redução na renda por até quatro meses, o trabalhador receba uma compensação — limitada ao teto do seguro-desemprego (R\$ 1.911,84).

Por exemplo: se, após negociação entre patrão e empregado, o corte de jornada for de 50%, o salário mensal será reduzido pela metade por até quatro meses.

O governo deverá bancar dois meses do benefício, que pode chegar a quase R\$ 956, nesse caso. Nos

outros dois meses, esse valor virá como antecipação do seguro-desemprego.

Em março de 2020, ao apresentar uma versão preliminar do programa, o governo chegou a anunciar que a compensação seria feita por meio de antecipação do benefício a demitidos. Por se tratar de um adiantamento, caso o trabalhador fosse dispensado no futuro, ele teria direito ao seguro-desemprego, descontado o valor já antecipado.

A ideia, na ocasião, foi rejeitada por parlamentares e o governo acabou aceitando bancar todo o custo do programa.

Técnicos do governo dizem que, com a perspectiva de vacinação até o fim do ano, o novo formato do programa trabalhista prevê a manutenção dos empregos no pior momento da crise em 2021. Portanto, a perspectiva seria que o contrato trabalhista seja mantido em 2022.

Assim, o trabalhador continuaria com a carteira assinada por tempo suficiente (carência) para que tenha direito a todas as parcelas do seguro-desemprego em caso de demissão a médio prazo.

Em 2020, 100% dos recursos usados para bancar a compen-

Como deve funcionar o novo programa de corte de jornada e de salário

- Patrão e empregado deverão negociar acordo
- Medida deve valer por até quatro meses
- Nesse período, trabalhador recebe compensação parcial pela perda de renda
- Cálculo depende do percentual do corte de jornada e valor a que trabalhador tem direito atualmente com o seguro-desemprego
- Se o corte de jornada for de 50%, a compensação será metade da parcela de seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido
- O custo será dividido: dois meses bancados pelo cofre do governo; dois meses como antecipação do seguro-desemprego
- Acordo com empresa deve prever que, após o fim da redução de salário e jornada, haverá estabilidade pelo mesmo período de corte (até quatro meses)
- Se após a estabilidade o trabalhador for demitido, terá direito ao seguro-desemprego, mas sem o valor que já foi antecipado. O trabalhador poderá sacar, nesse caso, o saldo restante

sação vieram dos cofres do Tesouro. Foram gastos R\$ 33,5 bilhões com essa finalidade.

O programa de 2020 trazia regras distintas de acordo com o nível salarial do trabalhador afetado.

Para empregados formais com remuneração de até três salários mínimos (R\$ 3.135, nos valores de 2020), bastava um acordo individual entre empregador e funcionário para efetivar a redução.

Aqueles com renda mensal entre três salários mínimos e R\$ 12.202 (dois tetos do INSS, em valores de 2020) poderiam fazer acordo individual apenas para cortes de 25% de jornada e salário. Reduções maiores exigiam a assinatura de acordo coletivo da categoria.

Para trabalhadores hipersuficientes, cujos salários são duas vezes o teto do INSS ou mais e que possuem diploma de ensino superior, qualquer patamar de corte podia ser feito por meio de acordo individual.

Ao apresentar a medida no ano passado, o governo estimou que 24,5 milhões de trabalhadores teriam o contrato suspenso ou jornada e salário reduzidos. Ao fim do programa, no entanto, o total de trabalhadores que firmaram esses acordos ficou em 9,8 milhões.

Ainda assim, o ministro Paulo Guedes (Economia) coloca o programa entre os de maior efetividade entre as ações emergenciais adotadas durante a pandemia, sob o argumento de que a medida evitou o fechamento de vagas formais de emprego.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Contrabando de cigarro tira 173 mil empregos do país, diz estudo **Impacto:** Neutro

Contrabando de cigarro tira 173 mil empregos do país, diz estudo

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO Em decorrência do contrabando de cigarros, o Brasil deixa de gerar 173 mil empregos diretos e indiretos, segundo estudo feito pela consultoria Oxford Economics e contratado pela BAT Brasil (Souza Cruz).

As marcas contrabandeadas já detêm 57% do mercado nacional. Caso fossem substituídas pela produção nacional, o país geraria R\$ 1,3

bilhão em receitas fiscais adicionais (associadas ao emprego e à atividade sustentada), além de contribuir com o PIB e gerar postos de trabalho formais em toda a cadeia — cultivo de tabaco, fabricação e distribuição.

“Estimamos que a substituição dos cerca de 63,4 bilhões de cigarros ilegais que circulam no país por produtos legítimos sustentaria uma contribuição adicional de R\$ 6 bilhões ao PIB”,

afirmou Marcos Casarin, economista da Oxford Economics responsável pelo estudo.

O mercado brasileiro é dominado por marcas fabricadas no Paraguai, mas há produtos oriundos também da Coreia do Sul, do Reino Unido e dos EUA à venda no país, especialmente em estados do Nordeste.

No Paraguai, a carga tributária do cigarro é de 18%, enquanto no Brasil varia de 71% a 90%, dependendo do

estado, o que faz com que o produto contrabandeado custe muito menos em solo brasileiro que os fabricados por indústrias nacionais.

O preço médio de um maço de cigarro no mercado ilegal chega a R\$ 3,50, metade do preço do cigarro nacional mais barato praticado em alguns estados.

Os empregos são mais impactados no Sul, que concentra as indústrias.

“O ponto do emprego é o mais chamativo porque es-

tamos neste momento de perda de emprego [devido à pandemia] e da saída da Ford. Outro ponto a pensar é a arrecadação. O Brasil perdeu muito na pandemia, e a conta vai ter de ser paga, aumentando impostos. O que o estudo mostra é o que você arrecada e o quanto deixou de arrecadar”, disse Casarin.

O estudo, feito entre agosto do ano passado e janeiro, considerou os dados da indústria nacional do tabaco de

2019, último ano de atividades não atingidas pela pandemia, para calcular o impacto econômico do contrabando.

Segundo o estudo, o setor contribuiu com R\$ 9,4 bilhões para o PIB, sendo a maior fatia do cultivo de folhas (R\$ 3,1 bilhões), que também é a principal empregadora.

Dos 251 mil postos de trabalho gerados pelo mercado legal, o cultivo responde por 94 mil. As demais vagas estão nas fábricas e nos distribuidores.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** SP

Título: Plataformas ajudam a popularizar investimentos de pessoa física em startup **Impacto:** Neutro

startups & fintechs



Brian Begnoche, sócio-fundador da EqSeed, empresa de financiamento coletivo (equity crowdfunding) Divulgação

Plataformas ajudam a popularizar investimento de pessoa física em startup

Equity crowdfunding, como são chamadas, têm o melhor momento desde 2017; com R\$ 500, é possível apostar em uma empresa iniciante

Paula Soprana

SÃO PAULO O mercado de startups inicia uma nova fase no Brasil com a popularização de investimento por pessoas físicas. Nos últimos meses, empresas de financiamento coletivo (equity crowdfunding, em inglês) registraram o melhor desempenho desde 2017, quando a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) regulamentou esse sistema.

Plataformas digitais como CapTable, EqSeed, StartMeUp e Kria ajudam a popularizar o aporte em empresas de base tecnológica e vivem bom momento com a conjuntura de juros baixos e de procura por ativos como renda variável, onde se enquadram as startups.

Até há pouco tempo, o investimento em tecnologia, em especial nas pequenas empresas, era território para investidores institucionais, condicionados a altas cifras, e fundos de venture capital.

Hoje, com cadastro simples em um site e quantias mini-

“Após os dois, três primeiros meses da pandemia, os investidores saíram da estagnação e procuraram ativos para pôr dinheiro, vendo que o cenário de juros baixos viria para ficar”

Guilherme Enck
sócio da CapTable, plataforma de crowdfunding

mas de R\$ 500, R\$ 1.000 ou R\$ 5.000, qualquer pessoa pode apostar em startups, na esperança de que conquistem o supervalorizado posto da disrupção — quando captam ou criam uma demanda específica de mercado, como fizeram os aplicativos de transporte, de namoro ou as redes sociais.

A partir de uma conta em plataformas equity crowdfunding, as intermediárias entre o investidor e a startup, pessoas atreladas ao CPF podem criar suas carteiras de opções. O trabalho principal do site mediador é apresentar uma seleção de startups pré-filtradas com potencial de lucro no médio ou longo prazo.

“É um processo rígido de seleção. Menos de 1% das empresas que se candidatam para captar recurso são aprovadas para lançar rodadas na plataforma”, diz Brian Begnoche, sócio-fundador da EqSeed.

Ao pôr suas fichas em startups, investidores esperam pelo processo de “exit” (saída, na tradução do inglês): quan-

do elas são vendidas com suas participações ou quando abrem capital na Bolsa. Outra alternativa é esperar que investidores maiores adquiram suas fatias em alguma rodada de captação.

O resultado é o mesmo: ganho pela venda da participação, que tendem a valorizar se a empresa crescer. Na EqSeed, duas startups realizaram “exit” nos últimos meses, fechando o ciclo todo de investimento, o que foi inédito para a companhia. Outras empresas ouvidas pela Folha relatam movimentação financeira superior ao pré-Covid.

Em setembro de 2020, a carteira digital DinDin foi vendida ao Bradesco. No mês passado, a Pegaki, de logística, foi adquirida pela Inteligipost, uma companhia do mesmo setor.

A maior parte dos entusiastas desse grupo é considerada qualificada, que na definição da CVM significa detentores de investimentos iguais ou maiores que R\$ 1 milhão. São pessoas com capacidade

financeira para suportar riscos e aguardar retorno por até uma década.

Também podem perder todo o valor depositado, caso a empresa não dê resultados.

Especialistas fazem o alerta de que esse tipo de investimento é indicado a quem tem aportes em outros ativos e que esteja pronto para perder. Aos investidores qualificados a indicação é colocar no máximo 10% do patrimônio disponível para novos investimentos e apostar em várias startups ao mesmo tempo como forma de reduzir o risco.

O lucro costuma ser demorado porque são necessárias várias rodadas de captação até que as startups atinjam musculatura para serem compradas.

Com base nos resultados recentes, a expectativa das plataformas de equity crowdfunding são positivas para 2021. Na CapTable, operante desde julho de 2019, com sede em Porto Alegre, os investimentos deram uma guinada a partir de julho passado, segundo Guilherme Enck, um dos sócios.

“Foram volumes muito superiores aos da pré-pandemia”, diz. “Após os dois, três primeiros meses da pandemia, os investidores saíram da estagnação e procuraram ativos para pôr dinheiro, vendo que o cenário de juros baixos viria para ficar”

Até agora, a plataforma captou R\$ 17 milhões. A meta para este ano é de R\$ 100 milhões para 40 startups. Uma das motivações para projeção tão otimista, segundo Enck, é a possibilidade de regulamentação do mercado secundário pela CVM, o que poderá possibilitar a compra e a venda de títulos entre investidores.

Além de juros baixos, a pandemia beneficiou o investimento em empresas digitais, com as companhias de internet e de e-commerce, que registraram faturamentos históricos, a exemplo de Amazon e Mercado Livre.

Do lado do empreendedor, a sistemática de financiamento coletivo é vista como uma alternativa para simplificar a relação com financiadores, às vezes difíceis de encontrar.

Esse modelo também cria um ciclo virtuoso, segundo agentes financeiros, ao movimentar o dinheiro ganho com startups em outras empresas do tipo. Foi o que firmou esse modelo nos EUA e o consolidou no Reino Unido, uma referência no nicho, onde é possível comprar participações com quantias inferiores a R\$ 1.000.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Pandemia turbina valorização da tecnologia na bolsa brasileira **Impacto:** Neutro

Pandemia turbina valorização da tecnologia na Bolsa brasileira

SÃO PAULO A pandemia turbinou a chegada de ao menos seis empresas brasileiras de tecnologia na Bolsa, no cenário de juros baixos e demanda por soluções para tempos de teletrabalho. O êxito de algumas ações chegou a levantar dúvidas sobre uma possível hipervalorização.

Após uma série de IPOs (oferta pública de ações, na sigla em inglês), ações tiveram disparada nos primeiros dias de negociação.

A Mosaico, de comércio eletrônico, dona do Buscapé, por exemplo, registrou alta de quase 100% na estreia na Bolsa, em fevereiro. A valorização da Locaweb, que entrou em fevereiro de 2020, é de quase 480% em um ano.

Especialistas afastam a ideia de bolha, um assombro sempre que o assunto é tecnologia. Alguns concordam que pode haver uma valorização extremada, mas dizem que ela está casada à conjuntura global, em que empresas com soluções digitais se tornaram um farol para o investidor.

“Por enquanto não se trata de uma bolha, porque ela representa um processo pontual e particular que não é o que temos aqui. O setor está muito aquecido, e bolha é crescimento sem fundamento

“
Por enquanto não se trata de uma bolha, porque ela representa um processo pontual e particular que não é o que temos aqui. O setor está muito aquecido, e bolha é crescimento sem fundamento

Joelson Sampaio
doutor em teoria econômica pela USP

to aquecido, e bolha é crescimento sem fundamento”, afirma Joelson Sampaio, doutor em teoria econômica pela USP.

O fundamento, segundo ele, está na alta demanda por soluções ligadas às atividades online, multiplicadas pela pandemia. “A tecnologia está valorizada em todo o mundo”, diz.

Para Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos, o ambiente no início do ano era positivo para que novas companhias fossem ao mercado, com iminência de aprovação de reformas clamadas por investidores e a continuidade dos juros baixos.

“Essas empresas chegaram subindo muito na Bolsa. Mas agora o cenário macro está mais deteriorado, e elas acabam perdendo força junto. A valorização era justificada, e agora há certa incerteza.”

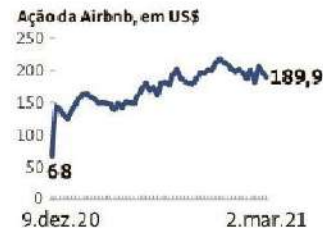
Para Roberto Attuch, presidente da Ohmresearch, casa de análises independentes, o ponto mais positivo da entrada de empresas com negócios baseados no digital é a diversificação de opções na Bolsa.

“Não podemos chamar todas essas empresas de tecnologia exatamente de digitais, mas já representam uma mudança”, afirma. PS

Empresas brasileiras de tecnologia ganham força na crise de Covid-19

Com número inédito de IPOs na Bolsa, setor se valoriza e acompanha tendência global

Desempenho de gigantes estrangeiras impulsionou otimismo do investidor



Fonte: Bloomberg

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Bolsa Família pode sair do teto de gastos **Impacto:** Neutro

← Continuu de 1

Bolsa Família pode sair do teto de gastos

Proposta seria incluída em PEC que destrava o auxílio emergencial. Secretário do Tesouro diz que medida levaria a aumento de juros

MANOEL VENTURA E GERALDA DOCA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Líderes do Senado estão discutindo a possibilidade de tirar o Bolsa Família do teto de gastos —que limita o aumento das despesas da União à inflação — pelo menos no ano de 2021, de acordo com fontes que acompanham de perto o assunto. A medida seria incluída na proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga o auxílio



Congresso Nacional. Segundo a proposta do Senado, programa ficaria fora da regra fiscal pelo menos durante o ano de 2021

emergencial neste ano. A equipe econômica é contra a medida.

Inicialmente, o senador Alessandro Vieira (SE) sugeriu retirar o Bolsa Família da proibição de aumento de des-

pesas obrigatórias. Os senadores, porém, concordaram em ampliar a sugestão para tirar todo o gasto do programa do teto neste ano. O líder do MDB, Eduardo Braga (AM), disse ao GLOBO que essa proposta foi apoiada por todos os partidos. Segundo fontes, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também foi a favor da ideia.

A equipe econômica reagiu à proposta. O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, afirmou que a medida acabaria prejudicando os vulneráveis no futuro, com aumento de juros e do desemprego:

— Essa incerteza se traduz em risco, que se traduz em taxa de juros (mais altas). Isso vai aumentar os juros e, com isso, menos investimentos e geração de empregos. Para a nossa retomada econômica, para o dia seguinte da

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Bolsa Família pode sair do teto de gastos

pandemia, é muito ruim. O vulnerável hoje vai ser punido no futuro. Sem contar o efeito inflacionário.

O secretário destacou que o país precisa de riscos e juros baixos para gerar emprego:

— Precisamos ajudar o vulnerável hoje e que ele tenha a possibilidade de se empregar no pós-crise. Para isso, é preciso juro baixo e crescimento. A proposta de Bolsa Família fora do teto é uma flexibilização do teto, que vai na direção contrária ao que a gente quer.

TEXTO DESIDRATADO

Na avaliação do economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), a medida não faz sentido:

— Retirar o Bolsa Família do teto não

faz sentido. Foge à lógica da regra e não seria necessário, inclusive porque o programa vem sendo realizado sem problemas sob as regras do teto.

Por outro lado, o Ministério da Cidadania é a favor da proposta. O Orçamento para este ano ainda não foi votado e prevê R\$ 34,9 bilhões para o programa. O relator tanto da PEC Emergencial quanto do Orçamento é o mesmo, o senador Márcio Bittar (MDBAC). Tirar o benefício do teto permitirá aumentar o benefício já neste ano e sem nenhum corte de gastos como compensação.

Ontem, Bittar fez a leitura em plenário do novo parecer da PEC do auxílio. O texto foi desidratado. O senador retirou da proposta pontos polêmicos, como o fim do piso de gastos para saúde e educação, além de recuar de um dispositivo que revogava a destinação de

28% da arrecadação de PIS e Pasep para o BNDES, medida já tentada pelo governo durante a reforma da Previdência em 2019.

O texto mantém gatilhos para corte de despesas no futuro. No caso da União, quando os gastos obrigatórios somarem 95% das despesas totais. Para estados e municípios, quando o gasto atingir 95% da receita. Nesses casos, os governos poderão acionar medidas como congelamento de salários de servidores e suspensão de concursos.



Modo Répl...



Salvar



Mais



Gostei



Não gostei

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/3
Título: CVM investigará operações suspeitas com ações da Petrobras **Impacto:** Neutro

Continuou de 1

CVM investigará operações suspeitas com ações da Petrobras

Negociações atípicas pouco antes de fala de Bolsonaro podem ter gerado ganho milionário

MALU GASPAR

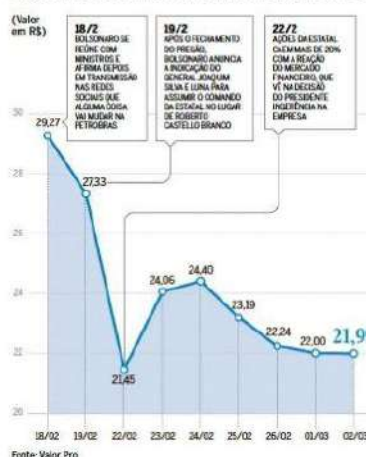
A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) prepara a abertura de uma investigação formal para apurar o uso de informações privilegiadas em transações com opções de venda de ações da Petrobras realizadas no final do dia 18 de fevereiro, uma quinta-feira, pouco antes da

live em que o presidente Jair Bolsonaro anunciou que “alguma coisa” iria acontecer na petroleira.

As negociações, atípicas, representavam uma aposta na queda do valor de

SINAIS DE INSIDER TRADING

As ações da Petrobras vinham subindo, mas com a troca no comando desabaram



VOLUME DAS OPÇÕES DE AÇÕES MOVIMENTADO PELAS AÇÕES DA PETROBRAS (PV)

(Em R\$ bilhões)



DUAS OPERAÇÕES COM INTERVALO DE NOVE MINUTOS LEVARAM A LUCRO MILIONÁRIO

NOME DO CONTRATO	NÚMERO DE TÍTULOS	PREÇO EM R\$	DATA	HÓRARIO
PETROBRAS	100	21,99	18/02/2021	15:00
PETROBRAS	100	21,99	18/02/2021	15:09
PETROBRAS	100	21,99	18/02/2021	15:18
PETROBRAS	100	21,99	18/02/2021	15:27
PETROBRAS	100	21,99	18/02/2021	15:36
PETROBRAS	100	21,99	18/02/2021	15:45
PETROBRAS	100	21,99	18/02/2021	15:54
PETROBRAS	100	21,99	18/02/2021	16:03
PETROBRAS	100	21,99	18/02/2021	16:12
PETROBRAS	100	21,99	18/02/2021	16:21

COMO FUNCIONA O MERCADO DE OPÇÕES?

- O investidor negocia o direito de comprar ou vender uma ação em uma data futura por um preço predeterminado.
- No caso da Petrobras, o investidor apostou que o papel se desvalorizaria rapidamente.
- A queda prevista no contrato PETRN265 era tão acentuada e em um intervalo de tempo tão curto que a opção era negociada a R\$ 0,04.
- Como a cotação do papel na data prevista era menor do que o preço fixado no contrato, o investidor embolsou ganhos milionários.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/3
Título: CVM investigará operações suspeitas com ações da Petrobras

uma mesma corretora, a Tullett Prebon.

Oficialmente, a CVM informa apenas que “acompanha e analisa informações e movimentações envolvendo companhias abertas, tomando as medidas cabíveis, sempre que necessário”. Mas, segundo fontes, técnicos da autarquia estão buscando informações tanto com a corretora que intermediou as operações como com a Bolsa de Valores, a B3, e com vistas a iniciar uma apuração formal.

Parlamentares do Cidadania e do PDT já requisitaram à autarquia a abertura de inquéritos administrativos, assim como associações que representam investidores.

— É importante conhecer a identidade desse gênio das finanças. Todos precisamos compartilhar tanto conheci-

mento — ironizou o senador Alessandro Vieira (CidadaniaSE), que assina o requerimento à CVM junto com a deputada Tabata Amaral (PDT).

Os deputados do PT Paulo Vieira (SP) e Elvino Bon Gass (RS) protocolam hoje representações no Ministério Público Federal e no Tribunal de Contas da União pedindo que o caso seja investigado.

Ou sode informação privilegiada(in sidertr adi ng)écrimep unido com pena de uma cinco anos de prisão e multa de até três vezes o valor conseguido de forma ilícita. Ele ocorre quando alguém que sabe de fatos desconhecidos dos outros investidores usa essas informações para ter lucro com papéis de uma determinada empresa.

Noca soda Petrobras, a suspeita recai sobre duas compras de opções de ven-

mercado da Petrobras. Elas podem ter rendido a quem as fez até R\$ 18 milhões, ou 11.125% de lucro — como antecipei ontem no blog da coluna Malu Gaspar, no site do GLOBO. A identidade de quem fez as operações é protegida por sigilo bancário. Mas informações obtidas pela coluna mostram que ambas foram realizadas por meio de

da de ações da estatal, que começaram a ser realizadas 20 minutos depois do final de uma reunião do presidente Jair Bolsonaro com seis ministros no Palácio do Planalto. Na reunião, que consta da agenda oficial do presidente, estavam presentes Bento Albuquerque, das Minas e Energia, Paulo Guedes, da Economia, e Tarcsio Freitas, da Infraestrutura, além dos generais Luiz Eduardo Ramos, responsável pela articulação política, Walter Braga Netto, da Casa Civil, e Augusto Heleno, da Segurança Institucional. O encontro começou às 16h45m e terminou às 17h15m. Às 19h, em sua live, o presidente da República disse que havia discutido no encontro medidas de redução dos preços dos combustíveis.

Opções de ações são um tipo de investimento que dá ao portador garantido que ele poderá vender ações de uma empresa a um agente de mercado

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 03/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 3/3
Título: CVM investigará operações suspeitas com ações da Petrobras

por um determinado preço, na data do vencimento. Em geral, servem para proteger o investidor de oscilações bruscas no valor dos papéis, mas também podem ser usadas para apostar contra ou a favor de uma empresa. As operações do dia 18 de fevereiro foram feitas com uma opção cujo código na bolsa é PETRN 265.

JOGADA ARRISCADA

Quem comprasse a PETRN265 na quinta-feira, dia 18, teria a garantia de vender ações da Petrobras na segunda-feira, dia 22, a R\$ 26,50. Mas, naquela tarde, a ação estava cotada a R\$ 29,27. Só compraria a opção de venda, portanto, quem acreditasse que o valor de mercado da estatal cairia pelo menos 8% na sexta-feira, para poder comprá-la mais barato e vender com lucro pelos R\$ 26,50 combinados.

Era uma jogada arriscada, já que faltava apenas um dia útil para o vencimento da opção, e por isso a PETRN265 estava sendo vendida por 80% menos do que o preço do lançamento do papel, a R\$ 0,04. Pois quem a comprou ou tinha uma fé extraordinária na baixa — ou sabia de algo que os outros investidores não sabiam.

Vinte minutos depois que a reunião no Planalto acabou, às 17h 35m do dia 18, houve uma primeira aquisição de 2,6 milhões de PETRN 265. Em mais nove minutos, às 17h 44m, foi feita outra compra, desta vez de 1,4 milhão de títulos. Juntas, as 4 milhões de opções custaram R \$160 mil aos compradores. As duas transações foram feitas por intermédio da corretora Tullett Prebon, conhecida por atender principalmente grandes fundos e investidores institucionais.

Nesse tipo de operação, nem sempre a corretora está diretamente envolvida. Ela pode estar somente prestando serviços. Mas seu setor de

Compliance tem o dever de comunicar qualquer movimentação suspeita à CVM, que regula e fiscaliza o mercado de capitais. Procurei a Tullett Prebon para saber se era o caso, mas não tive resposta. Segundo os dados da B3, ninguém nunca tinha comprado tantos desses papéis de uma única vez. Até aquele momento, o maior lote já vendido fora de 86,3 mil PETRN265.

Pouco mais de uma hora depois das compras de opções, às 19h, o presidente começou sua live semanal. “Alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias”, disse ele, para depois acrescentar: “o presidente da Petrobras falou que determinava o preço e não tinha nada que ver com os cami-

nhoneiros, e isso tem uma consequência, obviamente”. A partir daí, as ações só caíram.

LUCRO ASTRONÔMICO

Nodi ase gu in tea live, sexta-feira, a queda foi mais branda, de 3%. Só que, depois do fechamento do pregão, Bolsonaro anunciou que o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, seria substituído pelo general Joaquim Silva e Luna. Na segunda, as ações caíram de R\$ 27,33 para R\$ 21,77 — um tombo de 20,7%. Só naquele dia, a Petrobras perdeu R\$ 28 bilhões em valor de mercado.

Não é possível saber ao certo quando as opções foram vendidas, porque essa informação é protegida por sigilo. Caso tenha sido ao longo do dia 22, que era o dia do vencimento, os papéis comprados por R\$ 160 mil podem ter

rendido a seus donos até R\$ 18 milhões — um lucro astronômico, de 11.125%. Para a CVM, porém, não é difícil chegar aos responsáveis pela operação e desvendar seus motivos. Os sistemas informatizados das corretoras guardam essas informações e podem fornecê-las rapidamente. Quem tinha a PETRN265 naquele dia faturou alto. Agora, porém, está sujeito a investigação e punição pelas autoridades financeiras.



Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
02/03/21	Blogs e-TURISMO	Blog		RN	Fecomércio-RN, Sebrae e entidades fazem lista de pedidos: SOS Turismo!	Positivo	Matéria		B			
02/03/21	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	Entidades do comércio pedem medidas para minimizar impactos da pandemia no turismo	Positivo	Matéria		A			
02/03/21	Senadinho Macaíba	Site		RN	Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise	Positivo	Matéria		B			
02/03/21	Portal Acontece RN	Site	Mossoró	RN	Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise	Positivo	Matéria		B			
02/03/21	Turismo Por Cristina Lira	Blog	Natal	RN	Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar	Positivo	Matéria		B			

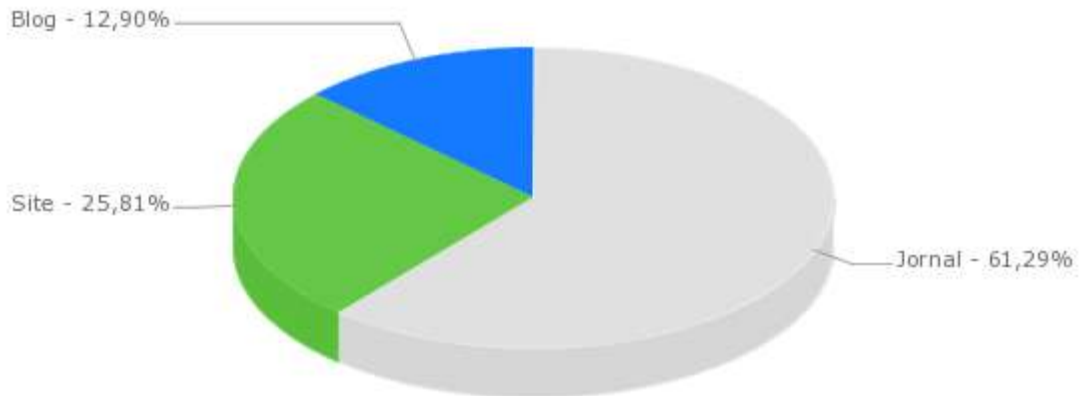
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					amenizar crise							
02/03/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Fecomércio RN, Sebrae e entidades do turismo entregam lista de pedidos ao governo e prefeituras de cidades turísticas para tentar amenizar crise	Positivo	Matéria		B			
02/03/21	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	Senac RN abre cursos gratuitos focados nos protocolos sanitários para a área do Turismo	Positivo	Matéria		B			
02/03/21	Ponto de Vista Online	Blog			Setor produtivo do Estado se une novamente no enfrentamento à Covid-19	Positivo	Matéria		B			
02/03/21	Versátil News	Site	Natal	RN	Fecomércio: Comércio do Alecrim volta a receber visitas do programa "SOS Protocolos", da Fecomércio RN, CDL Natal e Sebrae	Positivo	Matéria		B			
02/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	STTU abrirá licitação para estacionamentos	Positivo	Matéria		A			
02/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Órgãos ministeriais no Rio	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					Grande do Norte assinam recomendação							
03/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Altas da gasolina e do GLP consomem 30% do mínimo	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Estadão	Jornal		DF	Efeito Bolsonaro nos mercados faz risco país disparar e pressionar dólar	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Estadão	Jornal		DF	Telefônica fecha parceria para montar rede de fibra	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Estadão	Jornal		DF	'Alta de taxa é por 6 meses, disse Guedes'	Neutro	Entrevista		A			
03/03/21	Estadão	Jornal		DF	Bolsonaro repete Dilma na economia	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Estadão	Jornal		DF	Se PEC for aprovada, 14 Estados já podem congelar salários de servidor	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Estadão	Jornal		DF	'Futuro do mercado financeiro é a jornada digital'	Neutro	Entrevista		A			
03/03/21	Estadão	Jornal		DF	Profissional jovem valoriza atuação	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					social de empresas							
03/03/21	Estadão	Jornal		DF	Conteúdo digital avança na pandemia	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Brasil pode virar uma Venezuela com erros na economia, afirma Guedes	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Apoio de Bolsonaro a caminhoneiros deve ser pago por cliente de banco	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Indústria química prevê até 80 mil demissões a partir de julho com fim de regime especial	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Intervenção na Petrobras não significa guinada na pauta liberal de Bolsonaro	Neutro	Entrevista		A			
03/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Relator enxuga PEC, mas mantém gatilho fiscal	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Redução de jornada e salário deve valer por quatro meses	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Contrabando de cigarro tira 173 mil empregos do	Neutro	Matéria		A			

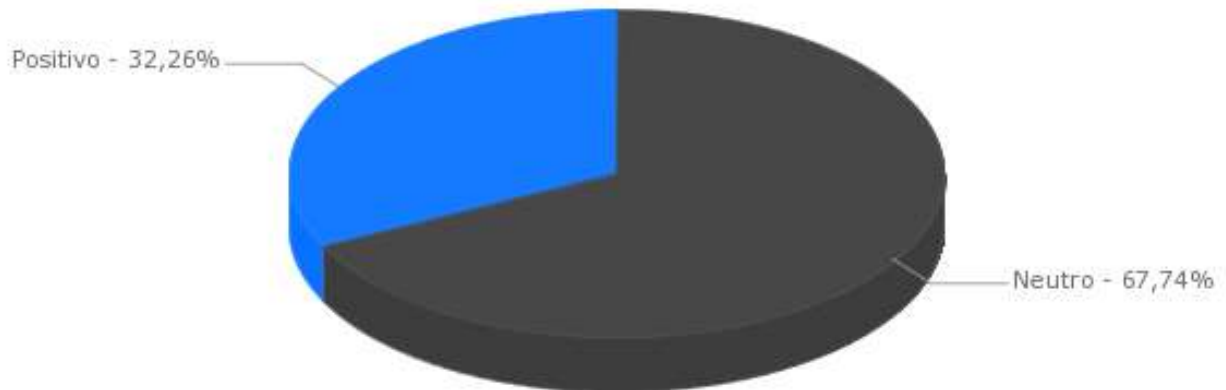
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					país, diz estudo							
03/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Plataformas ajudam a popularizar investimentos de pessoa física em startup	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Pandemia turбина valorização da tecnologia na bolsa brasileira	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Bolsa Família pode sair do teto de gastos	Neutro	Matéria		A			
03/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	CVM investigará operações suspeitas com ações da Petrobras	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 31												

Clippings por Tipo de Mídia



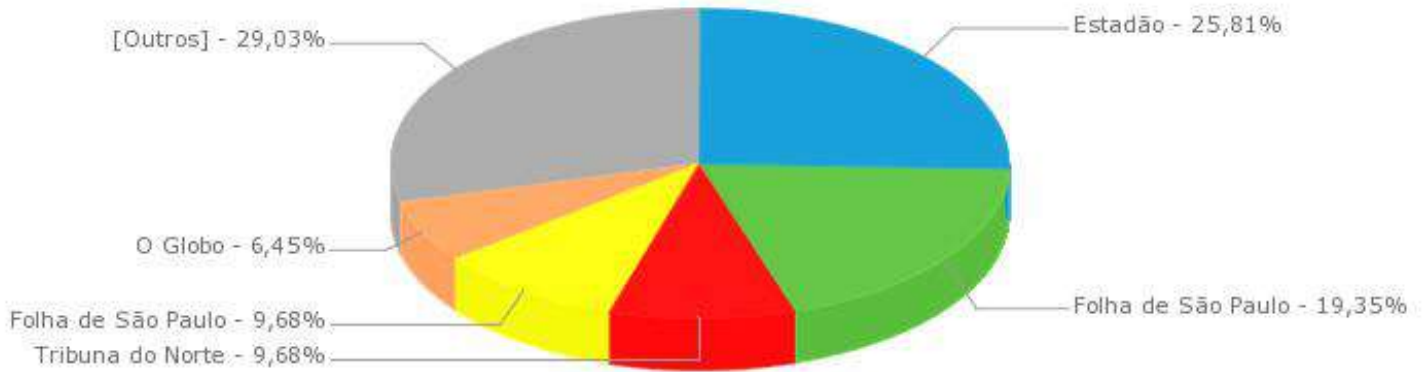
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	19	61,29 %
Site	8	25,81 %
Blog	4	12,90 %
Total:		31

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	21	67,74 %
Positivo	10	32,26 %
		Total: 31

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	8	25,81 %
Folha de São Paulo	Jornal	6	19,35 %
Tribuna do Norte	Site	3	9,68 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	9,68 %
O Globo	Jornal	2	6,45 %
NoMinuto.com	Site	1	3,23 %
Versátil News	Site	1	3,23 %
Turismo Por Cristina Lira	Blog	1	3,23 %
Portal Acontece RN	Site	1	3,23 %
Blog da Juliska	Blog	1	3,23 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	3,23 %
Ponto de Vista Online	Blog	1	3,23 %
Blogs e-TURISMO	Blog	1	3,23 %
Senadinho Macaíba	Site	1	3,23 %
Total:			31